

Uma experiência de estágio no Parlamento Europeu: géneros e especificidades da documentação traduzida

Rüben João da Costa Machado

Relatório de Estágio

Lisboa

Outubro de 2020



Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Tradução, Especialização em Inglês, realizado sob a orientação científica da Prof.^a Doutora Maria Zulmira Castanheira.

*Aos meus pais. Meras
palavras jamais vos
farão justiça...*

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a toda a Unidade de Tradução Portuguesa do Parlamento Europeu, o lugar em todo o mundo onde mais me senti em casa, em especial a:

María Mesias, a chefe de unidade;

Manuela Ferreira e Fátima Carriço, as coordenadoras de estágio;

Zara Soares de Almeida, Sofia Pacheco, Ana Morais, Ricardo Coelho, Rui Torres, Marta Laitenberger e Eugénia Veloso.

Resumo

Iniciar uma carreira em tradução nunca é fácil. De modo a combater esta dificuldade foram criadas, em anos recentes, iniciativas de estágio para que os jovens tenham a oportunidade de ganhar experiência e de modo a auxiliá-los a dar o salto para o mundo do trabalho. O presente relatório de estágio decorre da realização de uma destas iniciativas de estágio, o Estágio no Secretariado-Geral – Estágios Schuman, na Unidade Portuguesa de Tradução do Parlamento Europeu, Luxemburgo. Ao longo deste relatório são apresentados o processo de candidatura, as características do Parlamento Europeu e os géneros dos documentos traduzidos. Nesta última parte descreve-se de forma detalhada todos os géneros de texto com os quais existiu contacto, a que se segue uma explicação das respetivas especificidades, com impacto no processo de tradução.

Palavras-chave: Parlamento Europeu, Unidade de Tradução Portuguesa, Tradução Técnica, Géneros Textuais, Função Textual

Abstract

Starting a career in translation is never easy. To combat this difficulty, recent years have seen the creation of traineeship initiatives to provide young people with the opportunity to gain experience as well as to help them make the leap into the world of work. This report is the result of participation in one of these traineeship initiatives, the Traineeship in the Secretariat – Schuman Traineeships, at the Portuguese Translation Unit of the European Parliament, Luxembourg. Throughout this report, the application process, the characteristics of the European Parliament and the translated documents are presented. In this latter part, all the genres of text involved are described in detail, followed by an explanation of the respective specificities, with an impact on the translation process.

Keywords: European Parliament, Portuguese Translation Unit, Technical Translation, Text Genres, Text-Function

Índice

Índice.....	6
Introdução	7
A candidatura	9
O Parlamento.....	12
1. A instituição, sua composição	13
2. A Unidade de Tradução Portuguesa da Direção-Geral de Tradução do Parlamento Europeu	15
Os documentos	17
1. «Textos Políticos»	20
1.1. Propostas de Resolução (RE)	20
1.2. Relato de Missão (CR)	24
1.3. Perguntas com pedido de resposta escrito (QE) e Perguntas com pedido de resposta oral (QO)	27
1.4. Comunicação aos Membros (CM)	29
1.5. Projeto de Parecer (PA)	32
1.6. Ordens do Dia (OJ) e Atas (PV).....	35
2. «Textos Não-Políticos»	42
2.1. Síntese de Petições (SP)	42
3. A experiência da tradução dos documentos	45
Conclusão.....	49
Referências Bibliográficas	51
Anexos.....	54

Introdução

O presente relatório, que constitui a componente não-letiva do Mestrado em Tradução da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, visa descrever, de forma rigorosa e concisa, a experiência tida num estágio curricular na Unidade de Tradução Portuguesa da Direção-Geral do Parlamento Europeu, no Luxemburgo. Consiste na exposição dos vários passos da candidatura, desde a submissão até à aceitação da mesma, na apresentação da instituição, passando pelas suas funções e organização, e por fim numa análise da documentação traduzida. Esta última parte representa o foco principal do relatório.

Em termos de estrutura, o trabalho está dividido em três capítulos: «A Candidatura», «O Parlamento» e «Os Documentos». Visa-se, assim, oferecer uma panorâmica daquilo que foi uma excelente, emocionante e rica experiência de estágio. No primeiro capítulo, procura-se relatar os passos que compuseram o processo de candidatura, a qual derivou de fortes motivações pessoais e expectativas, e também os procedimentos burocráticos propriamente ditos, e ainda registar as impressões dos primeiros dias, após a chegada ao Luxemburgo. No capítulo seguinte, «O Parlamento», faz-se uma exposição contextual detalhada das funções, objetivos, funcionamento, organização e composição do Parlamento Europeu e da Direção-Geral de Tradução, onde a Unidade de Tradução Portuguesa se insere. Por fim, passa-se à exposição dos géneros e especificidades de todos os documentos com os quais o estagiário entrou em contacto, entendendo-se por *género* “conventional forms of text associated with particular types of social occasion or communicative events (e.g. the news report, the editorial, the cooking recipe).” (Munday 193). Distingue-se assim *género de texto*, que diz respeito a convenções estruturais, linguísticas, retóricas, etc., de *tipo de texto*, conceito que remete para a função comunicativa (expressiva, informativa, operativa...). Palumbo fornece vários outros exemplos de géneros de texto, chamando a atenção para a importância de conhecer as convenções do género textual no processo de tradução: “Examples would include textbooks, learned articles, reports, brochures and contracts. Considering the particular genre a text belongs to can be important in terms of the decisions taken during the translation process as regards the rhetorical structure and other genre-specific aspects of a text.” (Palumbo 53).

O terceiro, e último, capítulo centra-se também nas dificuldades e soluções relativas aos textos trabalhados, procedendo-se à justificação dos métodos/estratégias de tradução adotados. Esclarece-se que doravante, sempre que o termo «método» surgir, deverá ser encarado tal como definido por Molina e Hurtado Albir, ou seja:

Translation method refers to the way a particular translation process is carried out in terms of the translator's objective, i.e., a global option that affects the whole text. There are several translation methods that may be chosen, depending on the aim of the translation (...) (Molina e Hurtado Albir, 2002:508)

Lembre-se que estas autoras fazem uma distinção entre os dois conceitos, sendo o seu entendimento de «estratégia» o seguinte:

Strategies are the procedures (conscious or unconscious, verbal or non-verbal) used by the translator to solve problems that emerge when carrying out the translation process with a particular objective in mind. (Molina e Hurtado Albir, 2002:508)

De modo a facilitar a análise dos géneros de textos, estes foram divididos em duas categorias: «Textos políticos» e «Textos não-políticos».

Para a consecução do terceiro capítulo recorreu-se bastante ao *Recueil de Modèles*. Tal como o nome indica, o *Recueil de Modèles* é a base de modelos do Parlamento Europeu em que se encontram as versões de consulta de todos os géneros de documentos. Constan, nestas versões, precisamente, as regras e especificidades de cada género. Uma vez que nem todos os documentos trabalhados durante o estágio são do domínio público, a análise foi feita, em grande medida, através dos referidos modelos. Note-se, contudo, que após obtenção de autorização prévia, são mostrados exemplos de soluções tradutórias adotadas em documentos reais. Estes encontram-se, aquando da sua ocorrência, devidamente assinalados.

Capítulo I

A candidatura

A parte curricular do Mestrado aproximava-se do fim. Chegara a altura de escolher a modalidade de componente não-letiva: relatório de estágio, dissertação ou projeto de trabalho? Apesar de existirem três opções, havia já um desejo forte, aliado a uma ideia fixa: batalhar por conseguir uma oportunidade de estagiar no Parlamento Europeu (PE). Tendo-se descoberto, dois anos antes, a existência do Estágio Robert Schuman, desde logo passou a ser esse o objetivo a atingir. Para que haja uma ideia acerca da natureza deste estágio, segue-se um excerto do edital do concurso no qual é descrito o seu objetivo:

In order to contribute to EU citizens' European education and vocational training and to provide an insight into the work of the institution, the European Parliament offers different types of traineeships in its Secretariat. Without prejudice to Article 8, the traineeships are open to all candidates, without distinction as to geographical, racial or ethnic origin, political, philosophical or religious beliefs, age or disability, gender or sexual orientation and without reference to their civil status or family situation.

Houve sempre uma vontade de ganhar mundo, ir ao encontro do novo e, acima de tudo, aprender com os melhores, aqueles que cumprem um elevado grau de exigência e dão resposta aos rigorosíssimos padrões de qualidade a nível europeu. Havia o desafio pessoal de procurar evoluir e ser um bom profissional. Foi no encalço de tudo isso que começou a jornada.

O caminho teve início com o preenchimento do Europass, o formulário de *curriculum vitae* europeu onde se pode registar as competências e qualificações do indivíduo, bem como com a redação de uma carta de motivação na qual foi necessário explicar o “porquê” da candidatura à bolsa em vista.

Após a receção de uma notificação, passou-se à fase de pré-seleção, em que foram exigidos outros documentos de cariz burocrático. Feito o seu envio, aguardou-se pelo resultado, que foi positivo e significou que o Luxemburgo seria o tão ambicionado local de estágio. Sabia-se que o desafio que se avizinhava era maior do que qualquer outro enfrentado até então. A expectativa era alta, bem como o desejo de corresponder.

Tudo isto foi um misto de emoções: a saudade de casa, a vontade de crescer profissionalmente, de viver ao máximo a primeira experiência do estrangeiro, a sensação que se tem quando tudo ao virar da esquina é novo, a surpresa que se sente quando se ouve lituano, esloveno, polaco, alemão, francês, neerlandês, croata, grego e muito mais, em conjunto, na mesma sala. De repente, Lisboa parecia pequena. Todavia, toda esta vivência

serviu para alimentar ainda mais o desejo de ficar, de conhecer pessoas e línguas diferentes, e, inclusive, de mostrar o que Portugal tem de distinto, mas também de comum. Tentou-se, sempre que possível, dar visibilidade à cultura portuguesa e realçar, junto dos outros estagiários, que Portugal tem muito para oferecer.

Deve ser dito que o sentimento de espanto e realização pessoal nunca desapareceu ao longo dos cinco meses de estágio e que, do primeiro ao último dia, o edifício Robert Schumann despertou sempre a sensação de se estar exatamente onde se queria estar.

Capítulo II

O Parlamento

1. A instituição, a sua composição e o seu funcionamento

Criado em 1952, e inicialmente denominado Assembleia Comum da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, o Parlamento Europeu, cuja presidência é hoje ocupada pelo italiano David-Maria Sassoli (n. 1956), apenas obteria a sua designação atual uma década mais tarde, em 1962. Somente em 1972 se realizariam as primeiras eleições diretas.

Cada instituição europeia desempenha um conjunto característico e particular de funções. Para além de ser diretamente eleito pelos cidadãos dos Estados-Membros, o Parlamento é, também, o órgão legislativo da UE. Significa isto que recaem sobre este órgão três tipos principais de poderes: legislativo, de supervisão e orçamental. No que diz respeito à vertente legislativa, é responsabilidade do Parlamento adotar legislação, em conjunto com o Conselho da União Europeia, com base em propostas da Comissão Europeia, decidir sobre acordos internacionais, analisar o programa de trabalho da Comissão e instar a mesma a propor legislação.

Na sua vertente de supervisão, é dever do Parlamento exercer controlo democrático sobre todas as outras instituições da União, eleger o presidente da Comissão e aprovar a sua composição, podendo obrigar a Comissão a demitir-se, aprovar a execução do orçamento, examinar petições, abrir inquéritos e interrogar a Comissão e o Conselho.

Quanto aos seus poderes orçamentais, o Parlamento Europeu está encarregue de definir, juntamente com o Conselho, o orçamento da União Europeia, bem como de aprovar o quadro plurianual da UE.

O número de deputados do Parlamento é aproximadamente proporcional à população de cada país.¹ O total não pode exceder os 705 (704 deputados, mais o presidente) e os deputados encontram-se divididos por filiação política, não tendo a nacionalidade peso na forma de agrupamento. Esta filiação política diversificada traduz-se na existência de grupos políticos, sete, concretamente. Fala-se do Grupo do Partido Popular Europeu (PPE), do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu (S&D), do Grupo *Renew Europe* (RE), do Grupo Identidade e Democracia (ID), do Grupo dos Verde/Aliança Livre Europeia (Verts/ALE), do Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus (ECR) e do Grupo da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Europeia (NGL).

¹ Parlamento Europeu: União Europeia. Consultado em 12 de março de 2020. https://europa.eu/european-union/about-eu/institutions-bodies/european-parliament_pt

O trabalho realizado pelo Parlamento encontra-se dividido em duas fases. Numa primeira têm lugar as Comissões Parlamentares; é nestas que a legislação é preparada. O sítio Web da União Europeia explica:

O Parlamento conta com **20** comissões e duas subcomissões, todas responsáveis por um domínio político específico. As comissões examinam as propostas de legislação e os deputados e os grupos políticos podem apresentar alterações ou rejeitar a proposta. Estas questões são igualmente debatidas nos grupos políticos.” (*Parlamento Europeu: União Europeia*. Consultado em 12 de março de 2020, https://europa.eu/european-union/about-eu/institutions-bodies/european-parliament_pt)

Numa segunda fase, realizam-se as Sessões Plenárias. É nestas que tem lugar a aprovação da legislação. Os deputados reúnem-se em tais sessões uma vez por mês, durante quatro dias, normalmente em Estrasburgo, ou exceccionalmente em Bruxelas, para votar o projeto de legislação.

2. A Unidade de Tradução Portuguesa da Direção-Geral de Tradução do Parlamento Europeu

Tal como outras instituições europeias, o PE encontra-se sediado em vários Estados-Membros: Luxemburgo, Bélgica (Bruxelas) e França. Porém, em cada um desempenham-se funções de natureza diferente. As desempenhadas em Estrasburgo e em Bruxelas são de um cariz mais político. Por sua vez, é no Luxemburgo que se concentram as Unidades de Tradução e onde, portanto, é feita a maior parte da tradução de documentos parlamentares. Sendo o multilinguismo uma característica distintiva do Parlamento Europeu, a tradução assume assim uma importância crucial na vida da instituição. Foi no Luxemburgo, e na Unidade de Tradução Portuguesa, que o estágio em discussão no presente relatório teve lugar.

Quando se parte para viver uma terra estrangeira, a primeira coisa em que se pensa é: «Onde/como será a minha casa?». A definição de casa varia de pessoa para pessoa. Para alguns é um apartamento, para outros uma vivenda, mas para o estagiário, no Luxemburgo, foi Unidade de Tradução Portuguesa da Direção-Geral de Tradução do Parlamento Europeu.

Logo no primeiro dia o estagiário e as suas colegas foram apresentados a toda a Unidade, que os acolheu de braços abertos. A Chefe de Unidade percorreu com eles todos os gabinetes e apresentou-os a todos os membros que, por sua vez, se dispuseram de imediato a ajudá-los em qualquer situação. A adaptação a um trabalho ou a um país novo pode, por vezes, ser difícil. Contudo, neste caso em particular, a adaptação foi de certo modo algo bastante intuitivo. Logo após a sua chegada os estagiários foram integrados na equipa e foram-lhes proporcionadas formações e explicações muito detalhadas sobre o funcionamento da Unidade, a sua composição, estrutura e ferramentas nela utilizadas.

À semelhança de uma casa, a Unidade tem a sua estrutura. Embora em tempos, chamados muitas vezes de áureos, a equipa portuguesa tenha sido composta por cerca de 45 elementos, atualmente corresponde a cerca de metade. Os elementos encontram-se repartidos entre Tradutores, os responsáveis pela mediação intercultural dos documentos parlamentares, o *Pool*, as sempre prestáveis assistentes que preparam os documentos e, no final, revêm a sua formatação, e o Secretariado, que se encarrega de enviar os documentos aos tradutores uma vez que a Chefe de Unidade os tenha alocado.

A Unidade de Tradução Portuguesa é chefiada, mais recentemente, por María Mesias, de nacionalidade espanhola. As responsabilidades de um Chefe de Unidade são variadas: desde a alocação de textos, passando pela organização de iniciativas, até à gestão de orçamentos e contratações.

Em termos de localização, pode dizer-se que a da Unidade Portuguesa é bastante privilegiada. Ocupa o 12º e o 13º andar da Torre A, com uma excelente vista para toda a zona moderna no Luxemburgo. O gabinete do estagiário, bem como os de outros colegas tradutores, situava-se no 12º. Curiosamente, embora não seja algo premeditado, a Unidade apresenta uma distribuição interessante dos seus membros. No 12º andar encontram-se “os mais novos”, sem que tal implique qualquer conotação pejorativa, e os membros que integram a Unidade há muito tempo, alguns já desde a entrada de Portugal na EU, encontram-se, na sua maioria, no 13º andar.

Não é possível descrever a Unidade sem mencionar quem a fundou, aqueles que estiveram lá desde o início e a transformaram num símbolo de qualidade entre as demais Unidades, ou seja, os membros mais antigos. Ao longo do estágio houve uma abundância de oportunidades de interação com os membros do 13º andar e todas elas foram acompanhadas de conselhos úteis sobre como melhorar o trabalho ou de um sorriso amigo.

De entre esses membros que já tanto deram à representação linguística portuguesa, há a destacar as coordenadoras Fátima Carriço e Manuela Ferreira, que não só orientaram e guiaram o percurso do estagiário como deram também sempre conselhos e fizeram sugestões extremamente pertinentes.

É interessante ter igualmente em conta a interação com outras Unidades de Tradução. Embora cada Unidade funcione um pouco como uma ilha, a verdade é que o 12º piso é dividido com os colegas finlandeses e romenos, o que, forçosamente, resulta em algum contacto. Diga-se que pouco se interagiu com os colegas romenos, contudo, mesmo que nunca por eles seja lida, fica aqui uma palavra de agradecimento aos colegas finlandeses pela hospitalidade e boa disposição que sempre demonstraram, bem como pelos conhecimentos que transmitiram sobre a sua cultura.

Capítulo III

Os documentos

Antes de entrar na caracterização dos documentos traduzidos, importa descrever sumariamente o quotidiano de um estagiário na Unidade Portuguesa de Tradução. O dia de trabalho começava às 9.00 da manhã e terminava às 17.45. O tempo era passado a traduzir os documentos que chegavam e a receber o respetivo *feedback* das revisoras. Os textos eram atribuídos consoante o par de línguas de cada tradutor, mas também em função do volume de trabalho existente. O presente estagiário considera-se afortunado pelo muito trabalho que lhe foi atribuído, bem como pela confiança que tal gesto representa. Está definido, de facto, um número de palavras que cada tradutor deve traduzir por dia, contudo os estagiários não são por ele abrangidos. Após as formações introdutórias, foi dado aos estagiários um grau de autonomia bastante elevado. Os textos eram por estes recebidos e traduzidos, e posteriormente enviados para revisão. Concluída esta fase, eram chamados aos gabinetes dos respetivos revisores para debater as alterações feitas. Os textos eram-lhes, em seguida, prontamente devolvidos para confirmação das alterações. O último passo consistia no envio do texto para *book-out*.

Ao longo do estágio, houve a oportunidade de trabalhar e traduzir vários géneros de texto. Para facilitar a exposição das respetivas especificidades, os mesmos foram divididos em duas categorias: «políticos» e «não-políticos». São do domínio dos textos «políticos» as RE (Propostas de Resolução), as PV (Atas), as OJ (Ordens do Dia), as QO (Questões Orais) e as QE (Questões Escritas), o PA (Projeto de Parecer), o CM (Comunicação aos Membros) e o RC (Relato de Missão). Incluem-se nos «não-políticos» as SP (Petições).

O escrutínio de cada género de texto será feito tendo em atenção três vertentes: 1. apresentação do texto (género, função); 2. especificidades; 3. estratégias de tradução e modelos (RdM). Pretende-se, assim, caracterizar de forma metódica e sistemática cada um dos géneros de documentos trabalhados ao longo do estágio, de modo a demonstrar a sua função, particularidades e propósito.

Como já foi aflorado neste relatório, e será a partir de agora desenvolvido, os textos do Parlamento Europeu são redigidos e traduzidos de acordo com «modelos». Estes modelos atuam enquanto orientações e guias de como os textos devem ser compostos e de como respeitar as especificidades de cada um, bem como meio de garantir a coerência e o rigor que os serviços linguísticos do PE exigem.

Apesar da existência de modelos, e do nível de formalidade dos textos, tem de ser tido em especial consideração que os géneros de textos divergem entre si e, como tal, a forma de abordá-los não pode ser idêntica para todos. Como se verá, cada um exige do

estagiário um conjunto diferente de competências, consoante as idiossincrasias textuais. Ser bastante fiel ao texto de chegada pode ser apropriado em alguns textos, mas nem tanto em outros.

Dada a finalidade da documentação tratada, pode dizer-se que a teoria do *Skopos*, de Vermeer, se aplica ao caso específico de tradução realizada no âmbito das atividades do Parlamento. Esta foi, no decorrer do estágio, e será, no presente relatório, a base teórica de suporte para os exemplos apresentados, bem como para a análise das especificidades dos géneros textuais em análise. Embora todos os textos aqui apreciados sejam da mesma instituição, cada um tem o seu «*objetivo*» (Vermeer 1986a:239) individual, o qual determina as particularidades do documento. Como tal, a tradução deve ter em vista as condicionantes da *função* e do *propósito*, de acordo com o preceituado por Vermeer:

Each text is produced for a given purpose and should serve this purpose. The Skopos rule thus reads as follows: translate/interpret/speak/write in a way that enables your text/translation to function in the situation in which it is used and with the people who want to use it and precisely in the way they want it to function. (Vermeer 1989a:20, tradução de Christiane Nord)

Passa-se em seguida à descrição e análise dos diferentes géneros de documento trabalhados durante o estágio, sendo fornecidos em anexo os modelos correspondentes a cada um deles.

1.«Textos Políticos»

1.1. Propostas de Resolução (RE)

Foi traduzido, ao longo dos cinco meses de estágio, um total de três Propostas de Resolução. Embora não seja particularmente relevante para a presente análise, deve ser dito que este foi o género de documento da preferência do estagiário, não só pela sua dificuldade, mas também pelo seu conteúdo.

Deve entender-se, em primeiro lugar, o que são Resoluções. De acordo com o *Diccionario jurídico de la Unión Europea*, uma resolução é um ato fundamental do Parlamento Europeu, geralmente adotado pelo Parlamento na sequência de um debate relativamente a um determinado tema (De la Fuente, 1994:470). As Propostas de Resolução são textos de uma resolução apresentada em sessão plenária do PE, para a qual podem ser apresentadas alterações. Nos termos do artigo 143º, nº1, do Regimento do Parlamento Europeu, os deputados podem apresentar propostas de resolução sobre assuntos que se enquadrem na esfera de atividades da União.

1.1.1. Especificidades e Modelo

Como é possível observar no Anexo 1 (pp. 54, 55 e 56 do presente relatório), a primeira página das Propostas de Resolução é sempre composta, à semelhança de outros documentos do PE, pelo nome da comissão parlamentar que a apresenta e pela designação do género de texto, neste caso escrito a negrito, PROPOSTA DE RESOLUÇÃO.

Segue-se o artigo do Regimento do Parlamento nos termos do qual a Proposta é apresentada, após o que se indica o assunto. Este, como foi exposto acima, pode ser sobre qualquer esfera de competência da UE. Encontra-se também sempre presente o nome da comissão, bem como o do deputado que apresenta a Proposta.

No seguimento da primeira página surge o corpo do texto. É mais uma vez mencionado o título, e logo depois aparece o código de identificação de outros documentos pertinentes para a análise da Proposta. Imediatamente abaixo, seguidos da construção “O Parlamento Europeu”, surgem as chamadas “citações” e os “considerandos”.

Servindo este formato para dar a conhecer que, aquando da elaboração de um Proposta de Resolução, o PE tem em conta e equaciona um conjunto de variantes e documentos, os “considerandos” são a «fundamentação» de uma Resolução e, tal como se encontra previsto no Regimento do PE nos termos do artigo 112º, nº2, esta tem de ser «fundamentada». A inserção de “considerandos” é, pois, de carácter obrigatório.

Seguem-se dois exemplos de “citações” e “considerandos” traduzidos durante o estágio. Para contextualização, a Proposta de Resolução da qual estes exemplos emanam tem por título “Proposta de Resolução do Parlamento Europeu sobre o apoio ao plano de paz para Israel e a Palestina”. Trata-se de um Proposta de Resolução que exorta a UE e os seus Estados-Membros a apoiarem o plano de paz para Israel e a Palestina proposto por Donald Trump, presidente dos Estados Unidos da América.

Exemplos de «citações»:

1-

EN: – having regard to the declaration of 28 January 2020 by the Vice-President of the Commission / High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy, Josep Borrell, on behalf of the EU on the Middle East peace process,

PT: – Tendo em conta a declaração, de 28 de janeiro de 2020, do vice-presidente da Comissão/alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, em nome da União Europeia, sobre o processo de paz no Médio Oriente,

2-

EN: – having regard to the Israel-Palestine Peace Plan proposed by US President Donald Trump in January 2020, entitled ‘Peace to Prosperity: A Vision to Improve the Lives of the Palestinian and Israeli People’,

PT: – Tendo em conta o plano de paz para Israel e a Palestina proposto pelo presidente dos EUA, Donald Trump, em janeiro de 2020, intitulado «Peace to Prosperity: A Vision to Improve the Lives of the Palestinian and Israeli People» (A paz para a prosperidade: uma perspetiva para melhorar a vida dos povos israelita e palestino),

Note-se que, apesar de a última marca gráfica em cada “citação”, no original, ser uma vírgula, e de no inglês os pontos começarem por letra minúscula, em português o início da “citação” seguinte é caracterizado pela presença de letra maiúscula.

Exemplos de “Considerandos”:

1-

EN: A. whereas the EU’s longstanding and established position is one of support for a two-state solution as the only way to end the conflict between Israel and Palestine;

PT: A. Considerando a posição da UE, há muito estabelecida, de apoiar uma solução assente na coexistência de dois Estados, como a única forma de pôr termo ao conflito israelo-palestiniano;

2-

EN: B. whereas the Israel-Palestine Peace Plan announced by US President Donald Trump proposes a political and economic framework for lasting peace in the region, which includes a two-state solution;

PT: B. Considerando que o plano de paz para Israel e a Palestina, apresentado pelo presidente dos EUA, Donald Trump, propõe um quadro político e económico para uma paz duradoura na região, nomeadamente uma solução assente na coexistência de dois Estados;

Ao contrário das “citações”, os “considerandos” terminam com ponto e vírgula e não são ordenados por travessões, e sim por letras.

Após todos os “considerandos”, seguem-se os “pontos”. É nesta seção que se encontram expressos os objetivos a atingir. Ao contrário das “citações” e dos “considerandos”, os “pontos” são marcados com ponto final.

É ainda digno de menção que o maior desafio na tradução de Propostas de Resolução terá sido a manutenção do equilíbrio entre uma linguagem formal e uma linguagem fluída e clara, não esquecendo o fim em vista. Tal como muitos dos documentos que serão aqui apresentados, as Propostas de Resolução requerem uma linguagem bastante formal. Contudo, uma vez que são documentos muitas vezes informativos, na medida em que são do domínio público, requerem uma linguagem clara e perceptível.

As Propostas traduzidas pelo estagiário não eram de grande dimensão e, como tal, não existe muita matéria para análise, visto que muitas expressões ou até mesmo frases inteiras já se encontram cristalizadas. Esta característica do género de texto em questão limita a liberdade do tradutor. Contudo, existe sempre espaço, por mais reduzido que seja, para o tradutor dar o seu toque pessoal e esse espaço é, derradeiramente, da sua inteira responsabilidade. Um exemplo dessa liberdade pode ser visto no primeiro exemplo dos

«Considerandos», onde “(...) the EU’s long standing and established position is one of support for a two-state solution (...)” não foi traduzido literalmente por receio de incorrer em erro. Ao analisarmos a solução, “(...) a posição da UE, há muito estabelecida, de apoiar uma solução assente na coexistência de dois Estados (...)”, é notório que o tradutor tomou algumas liberdades relativamente à forma como apresenta os elementos da frase, de modo a evitar alguma possível estranheza e falta de fluidez no texto, ao mesmo tempo que tentou manter a ordem dos factos sem perder significado. Considerando que esta passagem foi retirada de um texto que trata um assunto sensível, constitui um bom exemplo de como se podem tomar certas liberdades, ainda que contidas.

É importante, porém, fazer a salvaguarda de que, o que muitas vezes constitui uma boa tradução no âmbito do PE, é o facto de não se notar que o documento foi traduzido. Esta *invisibilidade* do tradutor, para usar a expressão de Lawrence Venuti, é característica da tradução dos textos parlamentares. Por vezes, o melhor uso do pequeno espaço de liberdade que o tradutor tem à sua disposição é traduzir de modo a criar a ilusão de que tal espaço nunca existiu.

1.2. Relato de Missão (CR)

Foquemo-nos agora num género de documento de uma outra natureza: o Relato de Missão. Tal como o próprio nome indica, este género de documento tem por objetivo fazer um relato sucinto de uma visita, por parte de uma delegação ou comissão parlamentar, a um local, uma instituição ou órgão a propósito de um assunto ou com um fim concreto. Embora o objetivo seja ser sucinto, muitas das vezes os Relatos de Missão prolongam-se por bastantes páginas. No exemplo aqui contemplado, tratou-se de um CR com uma dimensão considerável. Numa nota pessoal, acrescenta-se que este é um género de texto particularmente desafiante por razões que mais adiante se explicará.

1.2.1. Especificidades e Modelo

Tal como pode ser visto no Anexo 2 (pp. 57 e 58 do presente relatório), à semelhança das Propostas de Resolução o Relato de Missão apresenta, em cabeçalho, o nome da comissão parlamentar ou delegação que o redigiu e, mais abaixo, a designação do género de documento. Segue-se a construção “na sequência da visita”, que será, por sua vez, seguida do local da visita, data e assunto. Abaixo é referido uma outra vez o nome da delegação ou comissão parlamentar que realizou a visita.

São apresentados depois, por ordem hierárquica, os membros que fizeram parte da visita. Os seus nomes encontram-se abaixo da secção “Membros da Missão”. O lugar no topo da lista é sempre ocupado pelo nome do chefe de missão. Só após o seu nome surgem os restantes membros, que podem ser deputados pertencentes à comissão ou delegação, ou membros ou deputados *ex-officio*.

O corpo do texto é composto por três partes nucleares: “Introdução”, “Relato sucinto das reuniões” e “Conclusões”. A “Introdução” consiste, tal como o nome sugere, numa apresentação e contextualização da visita e do assunto tratado. Segue-se um excerto da “Introdução” traduzida:

Uma delegação chefiada por David McAllister (PPE,DE), presidente da Comissão AFET, e composta por 17 membros, entre os quais a presidente da Subcomissão SEDE, Nathalie Loiseau (RE,FR), e a presidente da

Subcomissão DROI, Maria Arena (S&D, BE), visitou a sede das Nações Unidas em Nova Iorque e reuniu-se com o Congresso dos EUA, bem como com altos funcionários da administração norte-americana, em Washington DC.

A “Introdução” é seguida do “Relato sucinto das reuniões”. Esta é a componente de maior volume textual. É nela que se concentra toda a informação relativa ao que sucedeu durante a missão.

Foi dito atrás que este é um género de texto particularmente desafiante, pelo que importa explicar a razão de ser de tal observação. Como se vê na citação acima, o relato de missão em causa remete para uma visita de uma delegação a uma organização não governamental, as Nações Unidas, bem como para reuniões com altos funcionários de um outro regime governamental, o dos Estados Unidos da América: é precisamente aqui que a dificuldade se revela. A necessidade de traduzir cargos de uma ONG e de um governo bastante diferente do da República de Portugal, que muitas vezes não se encontram traduzidos para português em documentos oficiais, o que significa que não existem fontes de consulta fidedignas, é uma tarefa que requer pesquisa e rigor. Nunca se deve deixar de ter em mente que se está a traduzir um documento do PE e que, com efeito, a precisão tem de ser assegurada. Veja-se um exemplo que simultaneamente ilustra um “Relato sucinto das reuniões”:

Nas Nações Unidas os membros procederam a consultas (por ordem cronológica) com **Tijjani Muhammed-Bande**, presidente da 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas, **António Guterres**, secretário-geral das Nações Unidas, **Miroslav Jenča**, subsecretário-geral para a Europa, a Ásia Central e as Américas, **Khaled Mohamed Khiri**, subsecretário-geral para o Médio Oriente, a Ásia e o Pacífico, **Alexandre Zouev**, subsecretário-geral para o Estado de Direito e Instituições de Segurança, **Vladimir Voronkov**, secretário-geral adjunto para a Luta Contra o Terrorismo (...)

Como se pode observar, a dificuldade neste excerto reside em fazer a distinção entre um “secretário-geral”, um “subsecretário-geral” e um “secretário-geral adjunto”. Por forma a encontrar uma solução adequada, tentou-se pesquisar em fontes portuguesas credíveis postos que pudessem corresponder às designações inglesas de “Secretary-General”, “Assistant Secretary-General” e “Under-Secretary-General”. No caso vertente, o site do *Diário da República* forneceu-nos correspondentes diretos. Mencione-se ainda a particularidade de “Assembleia Geral” não apresentar hífen, devido ao facto de a

convenção das Nações Unidas, para se referir à sua própria assembleia geral, não incluir essa marca gráfica. Serve este exemplo como sinal de aviso para uma outra especificidade que importa dominar: a necessidade de seguir as convenções de outras organizações, órgãos ou instituições.

Logo após o “Relato sucinto das reuniões” têm lugar as “Conclusões”. É nesta secção que é feito um balanço da visita e é anunciada a consecução de objetivos. Incluem-se também aqui algumas considerações relativamente às reuniões e ao impacto que tiveram.

1.3 Perguntas com pedido de resposta escrito (QE) e Perguntas com pedido de resposta oral (QO)

Decidiu-se agregar os dois géneros de texto “Perguntas com pedido de resposta escrito” (QE) e “Perguntas com pedido de resposta oral” (QO) essencialmente devido à sua semelhança, salvo raros aspetos que serão apontados abaixo.

As QE e QO são documentos nos quais os grupos políticos do PE, ou as comissões parlamentares, podem apresentar questões sobre temas específicos ao Conselho Europeu, à Comissão ou ao Vice-Presidente da Comissão/Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, tal como se pode verificar no cabeçalho dos Anexos 3 e 4 (pp. 59 e 60 do presente relatório). Em comparação com outros documentos aqui abordados, as QE e QO são documentos de menor dimensão e que permitem uma maior liberdade de tradução. Exigem um elevado grau de formalidade, especialmente se se tratar de um contacto com outras instituições.

1.3.1. Especificidades e Modelos

Como foi dito acima, estes dois géneros de texto partilham bastantes traços característicos. Os cabeçalhos, embora muito similares, divergem no nome do documento bem como no artigo do Regimento nos termos do qual são apresentados. Enquanto que as QE são apresentadas nos termos do artigo 138º, as QO são apresentadas nos termos do artigo 136º. Tal como já foi dito, podem ser apresentadas pelos grupos políticos ou pelas comissões parlamentares.

A seguir ao cabeçalho vem o “Assunto”. Como pode ser visto nos Anexos 3 e 4, uma parte já vem automaticamente preenchida e, como tal, não deve ser traduzida. Nesta seção pode constar qualquer tema da esfera de competência do PE, desde que obedeça ao Regimento. Após o “Assunto” temos o corpo do texto. É aqui que se insere uma breve introdução e contextualização que servirá de base para a, ou as, perguntas. Deve ser salientado que as QE, tal como descrito nos termos do Anexo III, n.º 1, quinto travessão do Regimento, não podem ser compostas por mais de 200 palavras. Este é um dos grandes contrastes com as QO que, por sua vez, não apresentam qualquer limite.

Uma outra diferença relevante reside na maneira como são feitas as perguntas. Enquanto que nas QO aparece, após a contextualização, a construção “Tenciona o (a)” (Anexo 3) como forma de introdução da questão, nas QE esta pode ser apresentada de dois modos: ou se recorre ao mesmo tipo de construção, como é possível ver no Anexo 4, ou então a pergunta é colocada por pontos, como ilustrado abaixo:

Poderá a Comissão indicar o seguinte:

- 1) Quais os progressos alcançados até ao presente na revisão da Diretiva 77/486/CEE do Conselho, de 25 de julho de 1977, que tem por objetivo a escolarização dos filhos dos trabalhadores migrantes¹?
- 2) Quando ...?
- 3) ...?]

Estes dois géneros de documentos apresentam ainda uma última diferença. Como pode ser confirmado ao comparar os Anexos 3 e 4, as QO incluem uma data de “Apresentação”, bem como um “Prazo”. Tal como é esclarecido em nota de rodapé no Anexo 3 relativamente ao prazo, este é a “Data em que a pergunta caduca se não for inscrita no projeto de ordem do dia do Parlamento”.

Emboras as QE e QO sejam documentos de menor dimensão, podem ser considerados mais “livres” em termos de tradução na medida em que se caracterizam por não terem muito texto cristalizado. Ver-se-á, mais à frente, outros géneros de documentação em que este grau de “liberdade” não é tão elevado devido ao facto de serem compostos, maioritariamente, por construções que já se encontram fixas e enraizadas e que, logo, não podem ser alteradas à vontade do tradutor, como é o caso das Ordens do Dia e das Atas.

1.4 Comunicação aos Membros (CM)

Analistem-se agora as Comunicações aos Membros (CM). Estes documentos surgem da necessidade de as comissões parlamentares transmitirem informação aos seus membros que não se enquadra em qualquer outro género de documento. Tal informação pode ser muito heterogénea e incluir, por exemplo, a publicação de Petições, as quais, grosso modo, são documentos através dos quais os cidadãos europeus apresentam problemas que os afetam diretamente, ou pelo menos assim o entendem, ao PE, na esperança de este auxiliar na sua resolução.

A CM traduzida, e o modelo no qual nos baseamos, remetem para uma comunicação referente a uma síntese de Petição (Anexo 5, pp. 61 e 62 do presente relatório).

1.4.1 Especificidades e Modelo

À semelhança de documentos anteriores, as CM começam por ostentar o nome da comissão responsável no cabeçalho. Segue-se a designação do género de documento e, logo abaixo, o “Assunto”. Neste caso em particular, uma vez que se trata de uma comunicação referente a uma Petição, o “Assunto” será o número e o título da Petição.

Uma vez apresentado o “Assunto”, o corpo da CM é composto por quatro pontos. O primeiro é a “síntese da petição”. Como se verá quando se analisar com mais detalhe as Petições, as “sínteses da petição” são, tal como o nome indica, uma breve descrição dos factos, ou pareceres, apresentados pelo peticionário. Serve este ponto não só para dar a conhecer aos membros o tema, mas também para registar por escrito o assunto da Petição.

O segundo ponto diz respeito à «Admissibilidade». Uma petição pode ser declarada admissível ou não admissível, dependendo do facto de o seu conteúdo se enquadrar ou não na esfera de competências da União Europeia.

No ponto terceiro consta a resposta, preliminar ou não, da comissão. Pode também acontecer que a comissão não tenha ainda dado resposta. Nesse caso, tal como visto no Anexo 5, o mesmo deve ser indicado utilizando a construção “A Comissão ainda não respondeu”. Uma “Resposta da Comissão” pode ser composta, como é o caso da traduzida pelo estagiário, por “observações”, que são uma análise do que foi apresentado pelo

peticionário, bem como por alguns factos adicionais facultados pela comissão, e ainda por “Conclusões”, a seção na qual todas as observações são tidas em conta para dar uma conclusão ao caso em apreço, bem como sugestões de como o peticionário pode proceder.

Veja-se, a título de um exemplo, dois excertos, o primeiro de uma “Resposta da Comissão” e o outro de uma “Conclusão”, tirados da tradução do próprio estagiário. Excerto de uma “Resposta da Comissão”:

Com base nas informações fornecidas pelo peticionário, não se considera que a situação referida esteja relacionada com a aplicação do direito da União. Nesses casos, cabe aos Estado-Membros, nomeadamente, às respetivas autoridades judiciais, assegurar o respeito e a proteção dos direitos fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e as obrigações internacionais em matéria de direitos humanos, incluindo a Convenção Europeia dos Direitos Humanos.

Segue-se um excerto de uma “Conclusão”:

Uma vez que a Carta dos Direitos Fundamentais não é aplicável ao caso em apreço, a Comissão não está em posição de dar seguimento a este processo. Como alternativa, o peticionário pode procurar obter reparação judicial a nível nacional recorrendo, inclusivamente, aos tribunais.

O exemplo acima permite fazer menção a uma das principais convenções do PE. Como se pode ver na “Conclusão”, a palavra “comissão”, não por acaso, surge com letra maiúscula. A convenção do PE dita que a palavra “comissão”, quando aparece com letra inicial minúscula, se refere à comissão responsável. Quando “comissão” surge com letra inicial maiúscula, remete para a Comissão Europeia. Contudo, “Comissão” pode referir-se à comissão responsável se for acompanhada pelo acrónimo da comissão, como por exemplo “Comissão PETI”. O quadro abaixo sistematiza esta convenção:

Referente		
<i>Com Maiúscula</i>	“Comissão”	Comissão Europeia
	“Comissão + (acrónimo)”	Comissão Responsável
<i>Com Minúscula</i>	“comissão”	Comissão Responsável

Como pode ser visto ainda no caso do excerto da “Conclusão”, bem como no do modelo em si (Anexo 5), o termo “Comissão”, maiusculizado, pode ocorrer sem que se

esteja a referir à Comissão Europeia. Esta exceção acontece uma vez que se trata de um documento apenas da competência da Comissão das Petições, pelo que todas as referências a uma “comissão” dizem respeito a essa mesma Comissão das Petições. Além disto, poder-se-á acrescentar que esta exceção se justifica também pelo facto de nem o peticionário nem a comissão responsável fazerem menção à Comissão Europeia.

Deve ser ainda mencionado um último ponto, o quarto. Designado “[Resposta/Comunicação] complementar da Comissão”, é de carácter meramente facultativo e serve para acrescentar alguma informação não referida anteriormente.

1.5 Projeto de Parecer (PA)

Os Projetos de Parecer (PA) são, de acordo com o *site* do Parlamento Europeu:

(...) um documento elaborado pelo deputado designado relator de parecer, que é, em seguida, apresentado à comissão encarregada de emitir parecer para eventual alteração e para ser submetido a votação. No caso dos relatórios legislativos, os projetos de parecer assumem a forma de alterações à proposta legislativa da Comissão, acompanhados, se for caso disso, de breves justificações. No caso dos relatórios não legislativos, os pareceres revestem a forma de sugestões que, se aprovadas, são transmitidas à comissão responsável pela elaboração do relatório para que sejam incluídas no mesmo. (<https://www.europarl.europa.eu/committees/pt/home>)²

Deve acrescentar-se que existem vários tipos de Projetos de Parecer. Aqui é apenas focado o que foi trabalhado pelo estagiário: “Caso especial: parecer segundo o processo simplificado com alterações” (Anexo 6, pp. 63, 64 e 65 do presente relatório).

1.5.1 Especificidades e Modelo

Ao contrário de outros modelos, o do “Caso especial: parecer segundo o processo simplificado com alterações” tem uma indicação sobre como deve ser acrescentada informação adicional à folha de rosto, sendo ela a construção “(Iniciativa – artigo 47.º do Regimento)”.

Seguem-se, ainda na mesma página, as regras que governam a formatação e tradução das “Sugestões”:

A Comissão ... insta a Comissão ... (e a Comissão ...), competente(s) quanto à matéria de fundo:

Esta frase terá de ser completada, deixando o espaço de uma entrelinha, com o seguinte travessão, utilizado para incorporar sugestões na proposta de resolução:

² Consultado em 18 de março de 2020.

–a [incorporar/incorporarem] as seguintes sugestões na proposta de resolução que [aprovar/aprovarem]:

Encontra-se também prevista no modelo a necessidade de acrescentar recomendações em anexo. A inserção das recomendações deve ser feita através da adição da seguinte construção:

– a [incorporar/incorporarem] as seguintes recomendações em anexo à sua proposta de resolução:

Veja-se agora a folha de rosto propriamente dita. Tal como nos documentos anteriores, aparece em cabeçalho o nome da comissão responsável pelo documento. Segue-se o título deste, o nome da comissão responsável, o da comissão à qual o documento se dirige e o tema sobre o qual incidem as recomendações que serão feitas. Por último, vem o nome do relator, ou relatora, do parecer. No Anexo 6 temos ainda uma versão alternativa de uma folha de rosto. Note-se que a única alteração é a supressão da palavra “Projeto”.

Na continuação da folha de rosto temos o corpo do documento, neste caso as “Sugestões”. Como pode ser observado acima, existem algumas regras a cumprir aquando da tradução da parte introdutória desta secção. Abaixo do título “Sugestões” deve constar a construção “A Comissão ... insta a Comissão ... (e a Comissão ...), competente(s) quanto à matéria de fundo:”, seguida de uma outra: “–a [incorporar/incorporarem] as seguintes sugestões na proposta de resolução que [aprovar/aprovarem]:”.

Logo depois são introduzidos, por ordem numérica, os pontos que contêm as sugestões a incorporar na proposta de resolução. Seguem-se exemplos do PA traduzido pelo estagiário:

PT-

Salienta que a Parceria Oriental é uma parte importante da política de vizinhança da UE e visa criar uma associação política, garantir uma maior integração económica e desenvolver uma plataforma para dar resposta aos desafios comuns;

Está ciente de que um elevado nível de corrupção, a fraude bancária, a influência de oligarcas, a economia fraudulenta e a má governação são problemas comuns nos países da Parceria Oriental; insta os países da Parceria Oriental a melhorarem o Estado de direito, a resolverem estes problemas e a combaterem o comércio ilícito;

EN -

Highlights that the Eastern Partnership (EaP) is an important part of the EU Neighbourhood Policy and is aimed at achieving political association, ensuring further economic integration and establishing a platform to address common challenges;

Is aware that common problems in the EaP countries are a high level of corruption, bank fraud, the influence of oligarchs, the informal economy and poor governance; calls on the EaP countries to improve the rule of law, to eliminate these problems and to tackle illicit trade;

Por último, mas não menos importante, vem a incorporação de recomendações em anexo. Estas são introduzidas pela construção supramencionada e implicam um detalhe digno de menção. Embora constituam e pertençam a uma parte diferente do corpo do texto, o número dos pontos não recomeça do 1, tal como é observável no Anexo 6.

1.6 Ordens do Dia (OJ) e Atas (PV)

Analise-se agora os dois últimos géneros de documentos «políticos», as Ordens do Dia (OJ) e as Atas (PV), que correspondem aos textos com os quais o estagiário mais esteve em contacto. Uma vez que, como se verá, são documentos que se caracterizam pela sua natureza pormenorizada, são atribuídos logo no início como uma espécie de praxe para familiarizar o estagiário com algumas das normas do PE, para por à prova a sua capacidade de atenção e ainda para lhe conferir experiência para textos vindouros.

As OJ e as PV são, na sua essência, bastante semelhantes e, como tal, serão analisadas em conjunto. As Ordens do Dia funcionam, tal como o nome indica, para delinear a ordem de trabalhos de uma Reunião, uma Reunião conjunta, uma Reunião conjunta extraordinária, um Processo de comissões conjuntas (artigo 58.º), uma Reunião extraordinária, uma Reunião de coordenadores, uma Audição, uma Audição conjunta e uma Reunião constitutiva.

Por sua vez, as Atas dizem respeito a reuniões das comissões parlamentares, das delegações, da Mesa e dos Questores e registam por escrito o que nelas ocorreu, contendo, por vezes, alterações. Neste sentido, uma especificidade das PV é estarem sempre no pretérito perfeito do indicativo, com exceção de eventos que ocorrerão no futuro. É ainda importante salientar que, uma vez que as PV surgem na sequência das reuniões, aquando da tradução destas é aconselhável utilizar sempre as OJ correspondentes como documento de consulta.

Apesar de existirem vários tipos de OJ, o estagiário somente entrou em contacto com dois: Reunião e Audição. Como tal, a análise que se segue centrar-se-á sobretudo nessas duas modalidades. As “Advertências ao leitor” e as “Regras Gerais” do modelo das OJ (Anexo 7, pp.66, 67, 68 e 69) não serão aprofundadas visto que, neste caso, remetem maioritariamente para diretrizes de formatação e de auxílio à compreensão de alguns elementos mais técnicos. Contemplar-se-ão quatro exceções consideradas importantes para o processo de tradução. Comece-se então pelas OJ.

1.6.1 Especificidades e Modelos

Uma vez que as OJ e as PV são bastante semelhantes, quase todas as especificidades destes documentos são comuns. Assim, e também porque o modelo das OJ é bastante mais exaustivo, estas serão utilizadas como base para a análise de ambos os documentos. Tal como foi dito acima, não será dado destaque às “Advertências ao leitor”, pelo que se passa às “Regras Gerais”. Existem, entre elas, quatro bastante importantes a ter em conta:

- 1 – Não use sublinhados nas ordens do dia.
- 2 – Os apelidos e nomes próprios dos deputados são os que constam da “Lista dos Deputados” (ou Shift-F11). São os próprios deputados que registam os respetivos apelidos e nomes próprios tal como desejam que estes figurem nos documentos do Parlamento. Os nomes não são antecidos das menções “Sr.”, “Sr.^a”, “Deputado(s)/Deputada(s)”. Exemplos: Gabriele Albertini, Etelka Barsi Pataky, Mogens N. J. Camre.
- 3 – Não se traduzem as siglas dos grupos políticos, as quais figuram sempre em francês.
- 4 – Se na reunião participar um interveniente do exterior, há que indicar os respetivos nomes próprios e apelidos, e, seguidamente, referir entre parênteses a função que exerce (exemplo: “Michel Vieillefosse (Diretor do Secretariado Eureka)”).

Estas regras são bastante importantes para manter e assegurar a harmonização entre todos os documentos do PE deste género, e não só, visto que algumas também se aplicam a outra documentação.

A folha de rosto, à semelhança de outras analisadas anteriormente, exhibe o logótipo do Parlamento, o nome da comissão responsável e o título do documento. Abaixo seguir-se-á o tipo de Reunião ou Audição para a qual a OJ remete, bem como a data. Esta adota um formato particular. De entre vários possíveis, o mais comum é: “Terça-feira, 5 de novembro de 2019, das 15.00 às 18.00”.

Este é o “formato base”. Como se pode ver no Anexo 7, dependendo de algumas variáveis pode ser alterado através da adição de elementos como “(reunião de coordenadores)” ou “(aproximadamente)”. Segue-se o local da reunião ou audição, bem como a sala ou a indicação “Queira consultar os ecrãs”. As horas são sempre marcadas com

ponto final e nunca com “h” e “m”. Destaque-se ainda que em numerais de apenas um algarismo, o “0” não deve figurar: “Quarta-feira, 6 de novembro de 2019, das 9.00 às 12.30 e das 15.00 às 18.30 (aproximadamente)”.

O corpo do texto das OJ e das PV é, por natureza, complexo e repleto de detalhes. Muitos dos pormenores não dizem respeito ao processo de tradução, visto que ou já vêm preenchidos, ou não cabe ao tradutor alterar. Como tal, alguns desses detalhes serão omitidos, chamando-se, contudo, a atenção para o facto de a explicação para determinados aspetos ser apresentada na seção da “Regras gerais” do Anexo 7.

O início do corpo do texto é marcado pela data e hora do começo da reunião ou audição. As OJ, bem como as PV, são compostas por pontos, ou melhor, pontos de discussão. Quando se trata de uma OJ ou PV relativa a uma reunião, existem dois itens que se encontram quase sempre presentes: a “Aprovação da ordem do dia” e as “Comunicações da presidência”.

Os pontos de discussão, em princípio, não são estáticos, contudo há exceções. Significa isto que, dependendo dos acontecimentos da reunião ou da audição, os pontos de discussão variam, podendo, claro, as reuniões e as audições ter pontos em comum. Alguns dos pontos de discussão podem remeter para documentos do PE ou de outras instituições, como são exemplo os pontos de discussão 13.1 e 16 do modelo. Estes pontos de discussão, dado que são títulos já consagrados de documentos, têm de ser traduzidos sempre da mesma forma em qualquer OJ e PV. Aliás, isto não acontece somente no caso de documentos consagrados, mas também com algumas expressões. Destacando o ponto de discussão cinco, deparamo-nos com a expressão “Troca de pontos de vista (com ...)”. Se consultarmos a tabela no final do modelo, veremos que a expressão “Exchange of views with ...” deve ser sempre traduzida por “Troca de pontos de vista com ...”. O que se seguir ao «com» já deve ser próprio de cada reunião ou audição e ser traduzido, portanto, de acordo com as respetivas especificidades.

Foque-se agora um ponto bastante importante, o nove, referente a “Transferências de resíduos”. A figura abaixo servirá como base de análise.

9. Transferências de resíduos

ENVI/9/13327

***I 2019/0239(COD)

COM(2019)0516 – C9-0017/2019

Relatora:

Angelika Beer (Verts/ALE)

DT – PE000.000v00-00

PR – PE000.000v00-00

Pareceres:

ENVI – Pierre Schapira (S&D)

PA – PE000.000v00-00

INTA* – David Martin (S&D)

AD – PE000.000v00-00

Posições sob a forma de alterações:

FEMM – Pierre Schapira (S&D)

PA – PE000.000v00-00

AGRI – David Martin (S&D)

AD – PE000.000v00-00

Apresentam-se, abaixo do título do ponto de discussão, os códigos de documentos relativos ao tema. Segue-se o nome da relatora, os das comissões que emitiram parecer sobre o tema, bem como os daquelas que manifestaram a sua posição através de alterações. Apesar de bastante singela, esta figura ilustra algo consideravelmente importante, os “bloqueios”. Não sendo este o seu nome oficial, os “bloqueios”, chamar-lhe-emos assim por conveniência e falta de um termo oficial, remetem para segmentos que já vêm bloqueados, ou que o tradutor bloqueia de acordo com as instruções que lhe são dadas. Os códigos dos documentos, os nomes dos grupos políticos, caso estejam em francês, os acrónimos das comissões e os nomes dos deputados são todos segmentos bloqueados.

Outro ponto interessante são os itens dentro dos pontos de discussão, como é o caso do ponto de discussão 23.

23. Aplicação do Tratado de Lisboa no que respeita ao Parlamento Europeu

INTA/9/12344

2019/2214(INI)

B9-0071/2019

Fundo:

LIBE – Rosa Díez González (S&D)

DT – PE000.000v00-00

- Troca de pontos de vista com os restantes relatores sobre a luta contra o terrorismo (Mario Borghezio, Stavros Lambrinidis e Jaime Mayor Oreja)

Estes servem para salientar algum acontecimento relevante aquando da discussão do ponto, neste caso a “Aplicação do Tratado de Lisboa no que respeita ao Parlamento Europeu”.

As partes finais das OJ e PV são quase sempre compostas por “Diversos” e “Próximas reuniões”. Caso não existam, abaixo deve ser incorporada a construção “Nada a assinalar”, de modo a dar a entender que nada consta naquele ponto.

São ainda dignas de nota as tabelas constantes em anexo ao modelo na página do RdM, na qual figuram as expressões recorrentes em inglês e a forma de bem as traduzir. Segue-se um exemplo:

<i>MET</i>	Meeting	Reunião
<i>JOM</i>	Joint meeting	Reunião conjunta
<i>JME</i>	Extraordinary joint meeting	Reunião conjunta extraordinária
<i>JOI</i>	Joint committee procedure (Rule 58)	Processo de comissões conjuntas (artigo 58.º)
<i>COO</i>	Coordinators' meeting	Reunião de coordenadores
<i>EXM</i>	Extraordinary meeting	Reunião extraordinária
<i>HEA</i>	Hearing	Audição
<i>JOH</i>	Joint hearing	Audição conjunta
<i>CSM</i>	Constituent meeting	Reunião constitutiva

Visto que estas são exaustivas, não constaram todas em anexo ao presente relatório. Contudo, no início da primeira página dos Anexos está indicado um *link* para o sítio Web dos modelos, caso seja necessário consultar tais listas.

Entendeu-se igualmente pertinente dar alguns exemplos de uma Ordem do Dia de uma Audição traduzida pelo estagiário. Trata-se de uma Audição da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos relativamente à “Inteligência Artificial no Direito Penal e a sua Utilização pelas Autoridades Policiais e Judiciais em Matéria Penal”. Esta Audição destacou-se, de entre tantos outros documentos, devido à sua formatação peculiar e ao seu maior grau de dificuldade.

A organização da Audição é composta por 3 “Painéis”. Em cada um deles surgem nomes de peritos, bem como o tempo alocado para a sua apresentação. A dificuldade, à semelhança do CR, reside não só na tradução dos cargos, mas também na fraca qualidade do original. Vejamos um exemplo da apresentação e tradução de uma pequena parte deste documento:

PT -

Terceiro Painel

A inteligência artificial no direito penal, na ética e na regulamentação

16.25 – 17.30

- | | |
|---------------|--|
| 16.25 – 16.33 | Nino Bakakuri , juíza do supremo tribunal da Geórgia e membro do grupo CEPEJ-GT-QUAL do Conselho da Europa, apresenta a “European Ethical Charter of the use of AI in judicial systems” (Carta Ética Europeia do uso da IA nos sistemas judiciais). |
| 16.34 – 16.42 | Ronald Leenes , professor de Regulação pela Tecnologia, Instituto de Direito, Tecnologia e Sociedade de Tilburg, Universidade de Tilburg. |
| 16.43 – 16.51 | Nathalie Smuha , observadora no Grupo de Peritos de Alto Nível em Inteligência Artificial e professora assistente, Katholieke Universiteit Leuven (KUL). |
| 16.52 – 17.15 | Troca de pontos de vista com membros da Comissão LIBE |

EN -

THIRD PANEL

Artificial Intelligence in criminal law, ethics and regulation

16h25 – 17h15

- | | |
|---------------|--|
| 16h25 – 16h33 | Ms Nino Bakakuri , Judge in the Georgian Supreme Court and Member of the CEPEJ-GT-QUAL Group of the Council of Europe, Presentation of the “European Ethical Charter of the use of AI in judicial systems” - Council of Europe. |
| 16h34 – 16h42 | Mr Ronald Leenes , Professor of Regulation by technology, Tilburg Institute for Law, Technology and Society - Tilburg University |
| 16h43 – 16h51 | Ms Nathalie Smuha , Observer at the European Commission’s High Level Expert Group on Artificial Intelligence (HLEG on AI), Assistant Lecturer, Katoliek Universitet Leuven (KUL). |
| 16h52 – 17h15 | Exchange of views with LIBE Members. |

Embora com uma formatação bastante sucinta e pouco texto para traduzir, esta OJ provou ser desafiante. Tal como dito acima, a qualidade do original deixava um pouco a desejar, ao ponto de nem na escrita dos nomes dos intervenientes ser possível confiar. Contudo, originais com pouca qualidade podem fazer parte do dia-a-dia de um tradutor e este tem, em todas e quaisquer circunstâncias, de assegurar o rigor e procurar produzir um bom trabalho final. Como tal, fez-se, tanto para os nomes dos intervenientes como para os seus cargos, uma pesquisa intensiva com vista a encontrar soluções tradutórias não só corretas e precisas, mas que cumprissem também as regras do Parlamento.

A tradução das OJ e das PV, em suma, exige atenção ao pormenor e rigor, saber quando traduzir e não traduzir, ter capacidade de identificar o que poderá já ter sido traduzido e o que pode já estar cristalizado, bem como saber fazer pesquisa; enfim, competências que qualquer tradutor deve possuir, dominar e aperfeiçoar ao longo da sua carreira.

2. «Textos Não-Políticos»

Passe-se agora à análise de textos «não-políticos», uma designação usada pelo estagiário para facilitar a análise da documentação tratada, mas que o Parlamento não utiliza para dividir os seus documentos. Convém, contudo, ter em mente que o Parlamento é uma instituição política e, como tal, todos os documentos que produz são, de uma forma ou de outra, de índole política. Apenas se caracteriza neste relatório as SP como textos «não-políticos» devido a serem documentos de contacto direto com o cidadão.

2.1 Síntese de Petições (SP)

O Parlamento é uma instituição próxima do cidadão. Sempre pronto a ouvir as necessidades e os problemas dos cidadãos europeus, o PE criou um meio eficaz através do qual estes podem apresentar as suas preocupações: as Petições.

Após as Petições serem analisadas quanto à sua admissibilidade e recomendações, são condensadas em Sínteses de Petições (SP). Estas contêm todos os dados referentes a uma dada Petição, como o título, o nome do peticionário, as informações e as recomendações da Comissão PETI, encarregue da apreciação das Petições. Analise-se agora a composição das SP.

2.1.1. Especificidades e Modelo

Uma SP é composta pelo cabeçalho, o nome da comissão responsável e, logo abaixo, a negrito, o nome do título do documento. Segue-se o número das Petições que serão no documento abreviadas. Encontra-se presente em todas as SP a construção «As recomendações do(da) presidente respeitantes à admissibilidade e seguimento a dar às petições que não tenham suscitado observações até [26 de agosto de 2019] serão consideradas aprovadas». Tal como é indicado pelos parênteses retos, a data é alterada à medida que os meses vão passando.

Mais abaixo, no lado esquerdo, surge o código da Petição e depois, a negrito, o nome do(a) peticionário(a), a sua nacionalidade, o nome da organização pela qual atua, o número de signatários, se for o caso, e o assunto de que se trata.

O corpo da síntese é composto por alegações, argumentos e explicações por parte dos peticionários, no qual se tenta ilustrar a situação em causa o melhor possível. Segue-se um breve excerto:

PT-

«0976/2019

Petição n.º 0976/2019, apresentada por Mihai Gaspar, de nacionalidade romena, sobre o nível de vida na Roménia.

O peticionário queixa-se do baixo nível de vida na Roménia e da diferença entre o salário mínimo da Roménia e de outros Estados-Membros da UE. Solicita um aumento dos salários, das pensões e da ajuda social, bem como a construção de melhores infraestruturas e uma mudança de governo, uma vez que considera a atual administração responsável pela pobreza do país.»

EN –

«0976/2019

Petition No 0976/2019 by Mihai Gaspar (Romanian) on the standard of living in Romania

The petitioner complains about the low standard of living in Romania and about the differences between minimum wages in comparison to other EU Member States. The petitioner asks for an increase of salaries, pensions and social aid, for better infrastructure and for a change of government, which he deems responsible for the country's poverty.»

Após o corpo da síntese vêm as “Informações”. São introduzidas nesta secção informações complementares à Petição, as quais podem ser de natureza vária e remeter para outras Petições semelhantes, ou para o modo como a Petição foi apresentada. Inclusive, no caso de uma Petição traduzida pelo estagiário, pode até ser sobre o tamanho da Petição, descrevendo-a como “sucinta”.

Surgem, na sequência das “Informações”, as “Recomendações”. Tal como o nome indica, é nesta seção que a comissão introduz as suas apreciações e indica o seguimento a dar à petição, bem como dá conselhos aos peticionários. Eis alguns exemplos de “Recomendações” de várias SP traduzidas pelo estagiário:

EN –

—Send the petitioner the European Parliament resolution of 31 May 2018 on Responding to petitions on tackling precariousness and the abusive use of fixed-term contracts (2018/2600(RSP)), the question for oral answer to the Commission (0-000054/2018) on “Responding to petitions on tackling precariousness and the abusive use of fixed-term contracts,” and the link to the study commissioned by the Policy Department C at the request of the Committee on Petitions on "Temporary contracts, precarious employment, employees' fundamental rights and EU employment law."

PT –

— Enviar ao peticionário a resolução do Parlamento Europeu, de 31 de maio de 2018, sobre a resposta às petições em matéria de luta contra a precariedade e a utilização abusiva dos contratos de trabalho a termo (2018/2600 (RSP), a pergunta com pedido de resposta oral à Comissão (O-000054/2018) sobre “A resposta às petições sobre a luta contra a precariedade e a utilização abusiva dos contratos a termo” e a ligação para o estudo encomendado pelo Departamento Temático C, a pedido da Comissão da Petições, sobre “Contratos temporários, emprego precário, direitos fundamentais dos trabalhadores e direito do trabalho na UE.”

EN –

—Declare inadmissible: the matter does not come within the European Union's fields of activity;

PT –

— Declarar não admissível: o assunto não se enquadra no âmbito de atividades da União Europeia.;

EN –

—explain to the petitioner that the Committee on Petitions does not have competence to intervene in individual cases, nor can it override decisions taken by competent authorities within Member States. As the European Parliament is not a judicial authority, it can neither pass judgment on, nor revoke decisions taken by the Courts of law in Member States. Recommend the petitioner to address a higher court in Finland, and if his appeal is unsuccessful, to address the European Court of Human Rights.

PT –

— Explicar ao peticionário que a Comissão das Petições não tem competência para intervir em casos individuais, nem para revogar as decisões tomadas pelas autoridades competentes dos Estados-Membros. Como o Parlamento Europeu não é uma autoridade de carácter judicial, não pode julgar, nem revogar, decisões tomadas pelos tribunais dos Estados-Membros. Recomendar ao peticionário que recorra junto de um tribunal superior na Finlândia e, na eventualidade de o seu recurso ser rejeitado, que se dirija ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

Finalmente, após as “Recomendações” segue-se a introdução de uma síntese de uma nova Petição.

3. A experiência da tradução dos documentos

Os aspetos teóricos e práticos supramencionados foram, ao longo dos cinco meses de estágio, aplicados e tidos em conta diariamente. Como se demonstrou, os textos do Parlamento Europeu são de uma ordem muito particular. Todas as suas especificidades culminam na criação de textos que obedecem a um conjunto muito exigente de regras, que deve ser seguido escrupulosamente. Poder-se-á dizer que recaem na categoria que Nord designa por «Instrumental Forms of Translation» (Nord 2001:50). Esta categoria, que se subdivide em três, caracteriza-se pelo facto de o resultado da tradução ser a concretização da mesma gama de funções do texto original. Das três subcategorias, a “equifunctional”, a “heterofunctional” e a “homologous” (Nord 2001:50), os textos dos PE inserem-se, certamente, na primeira. Segundo Nord, deve entender-se por “equifunctional translation” uma tradução na qual “the target-text function is the same as that of the source text” (Nord 2001:50). Nesta breve definição, Nord acrescenta ainda que este é o tipo de texto a que Reiss chamou “communicative translation”, em que “the receivers ideally do not notice, or are not even interested in, the fact that they are reading a translation.” (Nord 2001:50). Esta última premissa é altamente relevante quando se fala dos textos do Parlamento Europeu, pois é um princípio que deve sempre ser tido em conta.

Na verdade, pode dizer-se que o tradutor nas instituições europeias deve ser “invisível”. Esta é uma das noções que foram incutidas ao estagiário logo após a sua chegada. Deve ter-se sempre presente, quando se traduz para o PE, que o leitor, independentemente de quem seja, nunca se deverá aperceber de que está a ler uma tradução e sim pensar que o que tem entre mãos é, deveras, um produto original. Portanto, poder-se-á concluir que o princípio da “illusion of transparency” (Venuti 2000: 341) é uma das pedras basilares da prática tradutória no PE. Venuti explica isto muito sucintamente: “(...) the prevalence of fluent strategies that make for easy readability and produce the illusion of transparency, enabling a translated text to pass for the original and thereby rendering the translator invisible.” (Venuti: 2000: 341)

Recuperando a ideia de Nord relativa ao potencial desinteresse do leitor acerca da natureza do texto que tem diante de si, se é ou não uma tradução, é conveniente dizer que esta é uma realidade bastante efetiva. Considerem-se, por exemplo, as resoluções. Estes são documentos de sessão que serão usados pelos deputados em plenário. Se se trata de traduções ou não, não é um assunto que se inclua na sua esfera de interesses. Os textos

devem ser traduzidos respeitando os prazos e nada mais. Se se pode argumentar que tal panorama representa um apagamento da figura do tradutor, por outro pode entender-se que a ausência de impugnação por parte dos leitores significa que o tradutor do PE cumpre bem o seu trabalho.

Ao longo de cinco meses o estagiário traduziu cerca de 120 textos dos vários géneros mencionados no presente relatório, tendo aprendido a observar as respetivas convenções textuais. Começou-se, como já foi dito anteriormente, pela tradução de OJ e PV. Com a passagem do tempo, foram-lhe confiadas QO e QE e, após alguns meses, RE. Esta é uma faceta bastante interessante do trabalho realizado no PE, ou seja, a variedade, pois é possível estar a tratar ao mesmo tempo de RE, SP, QE e QO, entre outros. Tal diversidade tem um efeito positivo, pois impede a monotonia.

Apesar de já terem sido apontadas atrás, brevemente, as formações oferecidas pela Unidade, falta referir as que foram planeadas especificamente pela organização do estágio. Algumas incluíram formações sobre o Trados, as bases de dados do PE e o funcionamento das instituições. No que diz respeito às primeiras, sobre o Trados, deve dizer-se que o estagiário já tinha adquirido, no decorrer do curso de Licenciatura em Tradução da NOVA FCSH, muitos dos conhecimentos que foram expostos, tendo contudo aprendido a manobrar uma extensão criada pela SDL, a empresa que desenvolveu este *software*, exclusiva do PE: o Studio Twist. De natureza muito simples, esta extensão permite abrir os projetos de uma forma mais conveniente ao sistema em vigor na instituição. Esta extensão utiliza a FdR (*Feuille de Route*) que é atribuída a todos os documentos e abre-os automaticamente no SDL Trados, facilitando desta forma o início do processo de trabalho.

Bastante frutuosas foram as formações da Unidade referentes às bases de dados, mais concretamente o EURAMIS e o Quest, ambas muito utilizadas ao longo do estágio. O EURAMIS (European Advanced Multilingual Information System) é uma das bases de dados da Comissão Europeia, na qual se encontram inúmeras unidades de tradução dos vários textos traduzidos para as 24 línguas. Por sua vez, o Quest é um pouco mais complexo. Concomitantemente uma base de dados e um motor de busca de bases de dados, o Quest contempla várias funcionalidades de personalização. Uma característica a salientar prende-se com o facto de este programa oferecer a possibilidade de eleger um conjunto de bases de dados e, ao inserir um termo ou frase, levar a cabo uma busca profunda em todas as bases de dados seleccionadas. De entre as bases de dados passíveis de serem eleitas contam-se o já mencionado EURAMIS, mas também o CVRIA, a base de dados do Tribunal de Contas Europeu.

É ainda relevante mencionar o T-flow, o programa de distribuição e entrega de trabalhos do PE. De simples utilização e muito intuitivo, o T-flow era utilizado por todos os membros da Unidade e em todas as fases do processo de tradução, desde a atribuição dos textos e passando pela submissão das revisões.

As revisões constituíram uma grande parte do estágio. Após os textos estarem traduzidos, eram prontamente enviados para revisão para que não só a qualidade fosse assegurada, mas para que o estagiário recebesse conselhos e críticas construtivas por parte do revisor. Estes momentos de mentoria ocorriam diariamente e formaram uma das grandes mais valias do estágio. Desde a sugestão de expressões mais apropriadas, correções de registo, especificidades de cada texto, até palavras de encorajamento, o processo de revisão foi sempre muito proveitoso e revelou-se na verdade imprescindível para um crescente domínio das dificuldades colocadas pelos textos do PE. Alguns destes apresentavam detalhes quase invisíveis a olhos pouco experientes. As revisões alertaram, por exemplo, para a necessidade de conferir, desconfiando sempre da TM, o género dos deputados e de outras entidades, para ter a certeza do artigo que deveria ser empregue.

No início do estágio sentiram-se algumas dificuldades fruto da falta de familiarização com os géneros de texto. O registo, o léxico, as expressões já cristalizadas ou até mesmo a formatação dos próprios documentos causaram alguma estranheza. A própria natureza do original, por vezes confusa e inadequada, foi também um obstáculo. Quase sempre em inglês, os textos que chegavam para tradução não eram, frequentemente, da autoria de falantes nativos, o que fazia com que existissem construções pouco naturais, ou mesmo inexistentes, inconsistências e até mesmo incorreções.

Fazendo um balanço final do trabalho realizado, seria inexacto dizer que o processo de evolução do estagiário se fez de forma linear. Existiram muitas ocasiões em que foram detetados “erros”, estes fruto, por vezes, da falta de conhecimento do *modus operandi* a seguir com os diversos géneros de texto e suas especificidades, outras de distrações. Contudo, ao longo dos meses, através de empenho, trabalho e dedicação, registaram-se progressos que se refletiram na crescente diminuição das correções feitas pelos revisores. Também em relação à produtividade — embora tenha existido sempre o cuidado, por parte da Unidade, em não sobrecarregar os estagiários, o volume de trabalho não deixou de ser significativo — pode dizer-se que, com o passar do tempo, foi aumentando, e a gestão das tarefas foi-se tornando mais fácil e pragmática.

Conclusão

Embora pareça um espaço de tempo curto, os cinco meses do estágio Robert Schuman foram repletos de ensinamentos e de rica aprendizagem, não apenas a nível da aquisição de competências úteis para a prática tradutória mas também de valores profissionais que deverão acompanhar o estagiário ao longo da vida, nomeadamente a resiliência, a determinação e dedicação. Desde o aprofundamento dos conhecimentos sobre o texto técnico e as suas especificidades, passando por um maior domínio das técnicas de tradução e de pesquisa, até um melhor conhecimento do funcionamento das instituições europeias, tudo se revelou proveitoso.

Dentro dos limites estreitos de um Relatório de Estágio, procurou-se descrever, de forma sucinta, como decorreu a experiência na Unidade de Tradução Portuguesa e caracterizar, com detalhe, a documentação trabalhada no dia a dia do estágio, atendendo ao que ela tem de mais específico: os modelos que a regem, a sua forma padronizada e as convenções textuais que a distinguem. Em termos de preparação para o exercício da profissão de tradutor no mercado da tradução técnica, como o estagiário ambiciona, a possibilidade de trabalhar, de forma intensiva, e sob rigorosos padrões de exigência e qualidade, num meio institucional de grande alcance revelou-se extremamente frutuosa e uma boa “escola” para o futuro.

Destaque-se sobretudo, em primeiro lugar, a grande consciencialização adquirida relativamente à necessidade de conhecer bem os diferentes géneros de texto, os seus requisitos e idiossincrasias, o que poderá também implicar a consulta de textos paralelos, do mesmo género ou sobre a mesma temática do texto de partida, mas escritos na língua para a qual se traduz. Tal pesquisa será por certo importante para apurar terminologia, convenções textuais, pormenores estilísticos, e ainda para eventuais esclarecimentos acerca das matérias de que o texto-fonte trata.

Em segundo lugar, é de realçar igualmente a aprendizagem, num contexto muito concreto, relativa à relevância de se determinar qual a função (ou funções) a exercer pelos textos, pois tal fator condiciona o processo de tradução e implica a aplicação de certos critérios, quer quando o objetivo é reproduzir a função operada pelo texto de partida ou quando se trata de adaptar a tradução aos fins visados na cultura de chegada.

Aliás, e fazendo um exercício de reflexão no sentido de identificar outros caminhos de investigação para que o presente relatório possa apontar, dir-se-ia que seria interessante estudar a correlação entre a noção de “ilusão de transparência” de Venuti — o facto de ser pedido pelo PE que os textos traduzidos não se denunciem como tal — e o nível de adaptação à cultura de chegada que a prática tradutória também exige. Um outro tópico interessante a aprofundar seria a grande influência das bases de dados do PE na tradução, ou até, possivelmente, a dependência das bases de dados, e um terceiro, e último, decorrente da experiência tida nos últimos meses, poderia passar por estudar a grande diferença que existe entre a tradução *freelance* e a tradução institucionalizada.³

³Neste campo, o trabalho já desenvolvido por Kaisa Koskinen será certamente muito útil para reflexão: Koskinen, K. (2017). “Going Localised - Getting Recognised. The Interplay of the Institutional and the Experienced Status of Translators in the European Commission”. *HERMES - Journal of Language and Communication in Business*, 22(42), 2017: 93-110; Koskinen, K. *Translating Institutions. An Ethnographic Study of EU Translation*. Manchester: St. Jerome, 2008.

Referências Bibliográficas

BAKER, Mona and Gabriela Saldanha, eds. *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. 3rd edition. London and New York: Routledge, 2019.

BERMANN, Sandra and Catherine Porter, eds. *A Companion to Translation Studies*. Chichester, West Sussex, UK: Wiley-Blackwell, 2014.

BYRNE, Jody. *Scientific and Technical Translation Explained: A Nuts and Bolts Guide for Beginners*. Manchester, UK & Kinderhook (NY), USA: St Jerome Publishing, 2012.

---. *Technical Translation. Usability Strategies for Translating Technical Documentation*. Dordrecht: Springer, 2006.

CAVACO-CRUZ, Luís. *Manual Prático e Fundamental de Tradução Técnica*. Independence: Arkonte, 2012.

DICIONÁRIO INFOPÉDIA DA LÍNGUA PORTUGUESA [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2020.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA.
<https://dicionario.priberam.org/>, 2020.

FUENTE, F. D. *Diccionario jurídico de la Unión Europea*. Barcelona: PPU, 1994.

HARGIS, Gretchen. *Developing Quality Technical Information: A Handbook for Writers and Editors*. New Jersey: Prentice Hall PTR, 1998.

MALMKJAER, Kirsten and Kevin Windle, eds. *The Oxford Handbook of Translation Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

MILLÁN, Carmen and Francesca Bartrina, eds. *The Routledge Handbook of Translation Studies*. London and New York: Routledge, 2013.

MUNDAY, Jeremy, ed. *The Routledge Companion to Translation Studies*. London and New York: Routledge, 2009.

NORD, Christiane. *Text analysis in translation: theory, methodology, and didactic application of a model for translation-oriented, text analysis*. Amsterdam: Rodopi, 2005.

NORD, Christiane. *Translating as a purposeful activity: functionalist approaches explained*. Manchester: St. Jerome Publishing, 2001.

OLOHAN, Maeve. *Scientific and Technical Translation*. London and New York: Routledge, 2016.

OLOHAN, Maeve and Myriam Salama-Carr, eds. *The Translator. Special Issue — Science in Translation*. Volume 17, Number 2 (2011).

PALUMBO, Giuseppe. *Key Terms in Translation Studies*. London and New York: Continuum, 2009.

PYM, Anthony. *Teorias Contemporâneas da Tradução: uma abordagem pedagógica*. Tradução de Ana Maria Chaves, Eduarda Keating e Fernando Ferreira Alves. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

ROBINSON, Douglas. *Becoming a Translator. An Introduction to the Theory and Practice of Translation*. London and New York: Routledge, 2006.

UNIÃO EUROPEIA. *Parlamento Europeu: União Europeia*. Consultado em 18 de março, 2020, de https://europa.eu/european-union/about-eu/institutions-bodies/european-parliament_pt. Atualizado em 30 de junho de 2020.

UNIÃO EUROPEIA. *Comissões: Parlamento Europeu*. Consultado em 18 de março, 2020, de <https://www.europarl.europa.eu/committees/pt/home>. Atualizado em 30 de junho de 2020.

UNIÃO EUROPEIA. *Liste des modèles*
de <https://www.europarl.europa.eu/dm4epRDM/?view=models>

VENUTI, Lawrence, ed. *The Translation Studies Reader*. London and New York: Routledge, 2000.

---. *The Translator's Invisibility: A History of Translation*. London and New York: Routledge, 1995.

VERMEER, Hans J. "Skopos and Commission in Translation Action." *The Translation Studies Reader*. Edited by Lawrence Venuti. London and New York: Routledge, 2000. 221-232.


WRIGHT, Sue Ellen and Leland D. Wright Jr. *Scientific and Technical Translation*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1993.

Anexos

Segue-se o *link* para o *Recueil de modèles*, onde será possível encontrar os anexos abaixo:

<https://www.europarl.europa.eu/dm4epRDM/?view=models&language=PT>

Anexo I – Modelo das Propostas de Resolução

Folha de rosto de uma proposta de resolução	
<p><EPHeader></p> <p><Parliament> Parlamento Europeu </Parliament></p> <p><Legislature> 2019-2024 </Legislature></p> <p><EPHeader></p> <hr/> <p style="text-align: center;">Documento de sessão</p> <hr/> <p style="text-align: right;">B(9-1110/2019)</p> <p>[11.11.2019]</p>	
<h2 style="text-align: center;">PROPOSTA DE RESOLUÇÃO</h2> <p>apresentada nos termos do artigo 112.º, n.º 2 e 3, e n.º 4, alínea c), do Regimento</p> <p>sobre o projeto de [regulamento/diretiva/decisão] da Comissão [referente ao nível de proteção assegurado pelos princípios de «porto seguro»]</p> <p>([D020967/02] — [2019/2897](RSP))</p> <p>[Comissão [das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos]]</p> <p>(Deputado(a) responsável: [Brian Simpson])</p> <p>[Juan Fernando López Aguilar]</p> <p>(em nome da Comissão [das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos])</p> <p>[Stephen Hughes, Helmut Kühne]</p> <p>(em nome do grupo [S&D])</p>	
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <Footer> interno PE000.000r00-00 </div>	

PT
→ Unida na diversidade →
PT

(*) → A numeração é inserida pelos serviços competentes, após a apresentação da proposta de resolução.

(*) → Indique o(a) deputado(a) responsável, caso a comissão tenha decidido nomeá-lo(a), nos termos do artigo

pt05_05(Resolução art. 112, 2, 3 e 4, oposição PRCC)v10.01.docx
COMPILAÇÃO DE MODELOS

B[9-0110/2019]

Resolução do Parlamento Europeu sobre o projeto de [regulamento/diretiva/decisão] da Comissão [referente ao nível de proteção assegurado pelos princípios de «porto seguro»] ([D020967/02] – [2019/2897](RSP))

O Parlamento Europeu,

→ Tendo em conta o projeto de [regulamento/diretiva/decisão] da Comissão ([D020967/02]),

→ Tendo em conta [a Diretiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados¹], nomeadamente [o artigo 4.º, n.º 3, e o artigo 5.º, n.º 5]²],

→ Tendo em conta [o parecer emitido em 16 de setembro de 2019 pelo comité a que se refere o artigo 31.º da diretiva supracitada],

→ Tendo em conta [o artigo 5.º-A, n.º 3, alínea b) / o artigo 5.º-A, n.º 4, alínea e) / o artigo 5.º-A, n.º 5 / o artigo 5.º-A, n.º 6, alínea b)], da Decisão 1999/468/CE do Conselho, de 28 de junho de 1999, que fixa as regras de exercício das competências de execução atribuídas à Comissão³],

→ Tendo em conta o artigo 112.º, n.º 2 e 3, e n.º 4, alínea c), do seu Regimento,

(→ Tendo em conta [o parecer da Comissão [dos Assuntos Externos] / os pareceres da Comissão [dos Assuntos Externos] e da Comissão ...],⁽¹⁾),

(→ Tendo em conta [a posição sob a forma de alterações da Comissão [dos Assuntos Externos] / as posições sob a forma de alterações da Comissão [dos Assuntos Externos] e da Comissão ...],⁽²⁾),

(→ Tendo em conta [a carta da Comissão [dos Assuntos Externos] / as cartas da Comissão [dos Assuntos Externos] e da Comissão ...],⁽³⁾),

(→ Tendo em conta a proposta de resolução da Comissão [das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos]),⁽⁴⁾

¹ JO L 281 de 23.11.1995, p.2311.

² JO L 184 de 17.7.1999, p.23.

PE000.000v00-00

→

2/4

→

[«Footer» interno]

PT

(¹) → Mencione as disposições do ato legislativo que autorizam a Comissão a adotar a medida de execução e que fazem depender essa medida de execução do procedimento de regulamentação com controlo.

(²) → As propostas de uma comissão associada, formuladas nos termos do disposto no artigo 113.º, n.º 1, revestem a forma de um parecer sob a forma de carta (vide modelo 04_05a), anexado à proposta de resolução pela comissão competente quanto à matéria de fundo.

(³) → Esta citação apenas deve ser inserida se a proposta de resolução for apresentada pela comissão competente em virtude do artigo 112.º, n.º 4, alínea c), primeiro parágrafo.

A. → [Considerando...];¶¶

B. → ...;¶

...;¶

1. → .../Opõe-se à aprovação do projeto de [regulamento/diretiva/decisão] da Comissão;¶

...;¶

¶

((2.))→Entende que o presente projeto de [regulamento/diretiva/decisão] da Comissão excede as competências de execução previstas [no Regulamento/na Diretiva/na Decisão] {95/46/CE};¶

((3.))→Entende que o presente projeto de [regulamento/diretiva/decisão] da Comissão não é compatível com [a finalidade/o teor/a finalidade e o teor] [do Regulamento/da Diretiva/da Decisão] {95/46/CE};¶

((4.))→Entende que o presente projeto de [regulamento/diretiva/decisão] da Comissão não respeita [o princípio da subsidiariedade/o princípio da proporcionalidade/os princípios de subsidiariedade e proporcionalidade];¶

((5.))→Solicita à Comissão que retire o seu projeto de [regulamento/diretiva/decisão] (e que apresente um novo projeto ao comité);¶¶

¶

((5.))→Solicita à Comissão que modifique da seguinte forma o seu projeto de [regulamento/diretiva/decisão]:¶

¶

Modificação = [1] =

=

Projeto de [regulamento/diretiva/decisão] =

[Artigo 4] =

=

Projeto de [regulamento/diretiva/decisão]:

Modificação =

[...] =

[...] =

=

Or. [en] =

¶

¶

[«Footer» interno]

→

3/4

→

PE000.000v00-00¶

¶

.

¶


PT¶

¶

(*) → A inserção de considerandos é obrigatória. Com efeito, o artigo 112.º, n.º 2, do Regimento prevê que uma tal resolução seja «fundamentada».¶

¶

Anexo II – Modelo dos Relatos de Missão

14 → → Ordens do dia, relatos e atas 14 02. → → Relato de missão	↗	↘																								
→ → → Folha de rosto de um relato de missão																										
<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: flex-start;"> <div style="width: 60%;"> <p><EPHeader>¶</p> <p><Parliament> Parlamento Europeu </Parliament>¶</p> <p><Legislature> 2019-2024 </Legislature>¶</p> <p></EPHeader>¶</p> <p>[Comissão/Delegação] [do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar]¶</p> </div> <div style="width: 35%; text-align: right;"> <p><EPLogo>¶</p>  <p></EPLogo>¶</p> </div> </div> <p>[7.2.2020]¶</p> <h2 style="text-align: center;">RELATO DE MISSÃO¶</h2> <p>na sequência da visita [de observação a Espanha, de 11 a 13 de novembro de 2019, a propósito da poluição das águas das rias da Galiza]¶</p> <p>[Comissão/Delegação] [do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar]¶</p> <p><u>Membros da missão:</u>¶</p> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 40%;">[Philippe Boulland]</td> <td style="width: 10%; text-align: center;">→</td> <td style="width: 10%; text-align: center;">→</td> <td style="width: 40%;">([PPE]) <chefe da missão>¶</td> </tr> <tr> <td>[Angelika Werthmann]</td> <td style="text-align: center;">→</td> <td style="text-align: center;">→</td> <td>([Renew])¶</td> </tr> <tr> <td>[Tatjana Ždanoka]</td> <td style="text-align: center;">→</td> <td style="text-align: center;">→</td> <td>([Verts/ALE])¶</td> </tr> </table> <p>¶</p> <p><u>Deputado(s) membro(s) ex-officio:</u>¶</p> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 40%;">[Francisco José Millán Mon]</td> <td style="width: 10%; text-align: center;">→</td> <td style="width: 10%; text-align: center;">→</td> <td style="width: 40%;">([PPE])¶</td> </tr> <tr> <td>[Carlos José Iturgaiz Angulo]</td> <td style="text-align: center;">→</td> <td style="text-align: center;">→</td> <td>([PPE])¶</td> </tr> <tr> <td>[Antolín Sánchez Presedo]</td> <td style="text-align: center;">→</td> <td style="text-align: center;">→</td> <td>([S&D])¶</td> </tr> </table> <p>¶</p> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <p>[«Footer» interno] (¶)</p> <p>→</p> <p>PE000.000v00-00¶</p> </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: center; margin-top: 10px;"> <p style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">PT</p> <p style="font-size: 1.2em;">→</p> <p style="font-size: 0.8em;">Unida na diversidade</p> <p style="font-size: 1.2em;">→</p> <p style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">PT¶</p> </div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 10px;"> <p>(¶) → Variável, consoante a DG-Cf. «00_02.» Regras respeitantes à apresentação dos rodapés das páginas dos documentos parlamentares.¶</p> </div> <p style="text-align: center; margin-top: 10px;">..... Quebra de página.....</p> <div style="display: flex; justify-content: space-between; margin-top: 20px;"> <p>pt14_02(Relato de missão)v05.01.docx¶</p> <p>20.9.2019</p> <p>→</p> <p>1</p> <p>→</p> <p>COMPILAÇÃO DE MODELOS¶</p> </div>			[Philippe Boulland]	→	→	([PPE]) <chefe da missão>¶	[Angelika Werthmann]	→	→	([Renew])¶	[Tatjana Ždanoka]	→	→	([Verts/ALE])¶	[Francisco José Millán Mon]	→	→	([PPE])¶	[Carlos José Iturgaiz Angulo]	→	→	([PPE])¶	[Antolín Sánchez Presedo]	→	→	([S&D])¶
[Philippe Boulland]	→	→	([PPE]) <chefe da missão>¶																							
[Angelika Werthmann]	→	→	([Renew])¶																							
[Tatjana Ždanoka]	→	→	([Verts/ALE])¶																							
[Francisco José Millán Mon]	→	→	([PPE])¶																							
[Carlos José Iturgaiz Angulo]	→	→	([PPE])¶																							
[Antolín Sánchez Presedo]	→	→	([S&D])¶																							

[Introdução]

As rias da Galiza são vitais para a existência e para a viabilidade da região, na medida em que são locais em que se expressa a beleza do mundo natural, que acolhem áreas residenciais e que constituem uma importante fonte de receitas provenientes da indústria, das pescas, da aquicultura e do turismo. A sua integridade ecológica e ambiental tem sido alvo de inúmeras pressões ao longo das últimas décadas, no contexto da expansão do desenvolvimento urbano e do crescimento da indústria.

[...]

Relato sucinto das reuniões

[...]

Conclusões

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

PE000.000v00-00

→

2x

→

[«Footer» interno]

PT

Anexo III – Modelo das Questões com Pedido de Resposta Oral

10 → Perguntas e interpelações¶
10_02 → Perguntas com pedido de resposta oral (QO): artigo 136.º¶

¶
¶
Pergunta com pedido de resposta oral O-[000013/2020]¶
[a Comissão / ao Conselho / ao(a) Vice-Presidente da Comissão / Alto(a) Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança]¶
Artigo 136.º do Regimento¶
[Evelyne Gebhardt (S&D), Ana Gomes (S&D), Edward McMillan-Scott (NI)] (¶) ¶
[Evelyne Gebhardt, Adam Gierel]¶
em nome do Grupo S&D¶
[Alfredo Antoniazzi]¶
em nome do Grupo PPE ¶
[Francesco Enrico Speroni]¶
em nome da Comissão dos Assuntos Jurídicos ¶
¶
Assunto: (VP/HR —) (¶) [Livre circulação de trabalhadores e períodos de transição]¶
¶
[('Nos termos da Diretiva 2003/109/CE do Conselho', os Estados-Membros ficaram obrigados, a partir de 23 de janeiro de 2006, a praticar uma política de igualdade de tratamento em relação aos nacionais de países terceiros que sejam residentes de longa duração no que diz respeito ao acesso a uma atividade profissional por conta própria ou por conta de outrem. A partir daquela data, a situação passou, por conseguinte, a ser contrária ao disposto no Tratado de Adesão, que prevê que os atuais Estados-Membros deem preferência aos trabalhadores nacionais dos Estados-Membros, em detrimento dos trabalhadores nacionais de países terceiros, no tocante ao acesso ao mercado de trabalho, durante qualquer período em que se apliquem medidas nacionais ou resultantes de acordos bilaterais.))]¶
¶
[Tenciona a Comissão apresentar propostas destinadas a corrigir a situação no que diz respeito ao tratamento desigual no mercado de trabalho conferido aos nacionais de países terceiros e aos cidadãos dos Estados-Membros que aderiram em 1 de maio de 2004?]¶
¶
¶
Apresentação: [7.1.2020]¶
Prazo: (¶) [7.4.2020]¶
¶
¶
¶

¶
[('JO L 16 de 23.1.2004, p.º 44.))]¶

¶
[«Footer» interno] (¶) → PE000.000v00-00¶
¶
¶

() → Pelo menos, 5 % dos deputados que compõem o Parlamento (regra geral, 38 deputados).
() → Esta indicação é automaticamente inserida pelo DocEP. Por isso, não deve ser traduzida.
() → Data em que a pergunta caduca se não for inscrita no projeto de ordem do dia do Parlamento.
() → Variável, consoante a DG-CL «00_02. Regras respeitantes à apresentação dos notapés das páginas dos documentos parlamentares».)

¶
¶

pt10_02(QO-(art.136)v07.01¶
13.12.2019 → 1 → COMPILAÇÃO DE MODELOS¶

Anexo IV – Modelo das Questões com Pedido de Resposta Escrita

10 →	Perguntas e interpelações
10_03 →	Perguntas com pedido de resposta escrita e perguntas prioritárias (QE/QP): artigo 138. ^o

Pergunta (prioritária) com pedido de resposta escrita [E/P]-[010846/2019]
 [à Comissão/-ao Conselho/-{ao/à}-Vice-Presidente da Comissão/Alto(a)-Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança/-{ao/à}-Presidente do Conselho Europeu]
 Artigo 138.^o do Regimento
 [Evelyn Gebhardt (S&D), Ana Gomes (S&D), Edward McMillan-Scott (NI)]
 [Evelyn Gebhardt, Adam Gierlek]
 em nome do Grupo S&D
 Alfredo Antoniozzi
 em nome do Grupo PPE
 [Francesco Enrico Speroni]
 em nome da Comissão dos Assuntos Jurídicos
 Assunto: ([VP/HR/-PCE/PEC]-)(⁽¹⁾) [Preservação do conhecimento da língua materna pelos trabalhadores migrantes da União Europeia](⁽²⁾)
 ([O ensino da língua materna constitui não só um elemento essencial ao desenvolvimento da personalidade e ao respeito da identidade de cada pessoa, mas também um capital para a educação e a formação dos filhos dos trabalhadores migrantes da União Europeia.])
 [Poderá a Comissão indicar os progressos alcançados até ao presente na revisão da Diretiva 77/486/CEE do Conselho, de 25 de julho de 1977, que tem por objetivo a escolarização dos filhos dos trabalhadores migrantes?]
 [Poderá a Comissão indicar o seguinte:
 1)→ Quais os progressos alcançados até ao presente na revisão da Diretiva 77/486/CEE do Conselho, de 25 de julho de 1977, que tem por objetivo a escolarização dos filhos dos trabalhadores migrantes?
 2)→ Quando...?
 3)→ ...?]
 (Apoiante(s))(⁽³⁾)
 [⁽⁴⁾JO L 199 de 6.8.1977, p. 32.]
 [⁽⁵⁾ Esta pergunta é apoiada por outro(s) deputado(s) para além do(s) autor(es): [Miguel Viegas (GUE/NGL)]]
 [«Footer» interno](⁽⁶⁾) → PE000.000v00-00

(⁽¹⁾) → Esta indicação é automaticamente inserida pelo DocEP. Não deve, pois, ser traduzida. (⁽²⁾) → Nos termos do anexo III, n.º 1, quinto travessão, do Regimento, as perguntas com pedido de resposta escrita não poderão exceder 200 palavras. (⁽³⁾) → Um deputado que dê o seu apoio a uma pergunta não é considerado coautor. (⁽⁴⁾) → Variável, consoante a DG. Cf. «00_02» Regras respeitantes à apresentação dos rodapés das páginas dos documentos parlamentares.

pt10_03(QE, QP (art. 138))v09.01
 13.12.2019 → 1 → COMPILAÇÃO DE MODELOS

Anexo V – Modelo das Comunicações aos Membros

11	→	→	Petições¶		¶
11_03	→	Comunicação aos Membros¶			¶

Parlamento Europeu¶

2019-2024 ¶



Comissão das Petições¶

[9.12.2019]¶

¶

¶

COMUNICAÇÃO AOS MEMBROS¶

¶

¶

Assunto: → Petição n.º [0038/2019], apresentada por [Luciano Criscio], de nacionalidade [italiana], (em nome [do «Comitato Cittadini Anti-Elettrodotti Tito»]), (e) subscrita por [230] signatários,) sobre [a construção de linhas de alta tensão em Potenza e Avigliano (Itália)]¶

¶

1. → Síntese da petição¶

¶

[Os habitantes.....]¶

¶

2. → Admissibilidade¶

¶

Declarada admissível em [3 de setembro de 2019]. (A Comissão foi instada a prestar informações (artigo 227.º, n.º 6, do Regimento).) / Declarada não admissível em [3 de setembro de 2019]. [O peticionário....]¶

¶

3. → Resposta (preliminar) da Comissão (recebida em [14 de outubro de 2019])¶

¶

[A Comissão ainda não respondeu.]¶

¶

¶

[«Footer» interno]¶ → PE000.000v00-00¶

¶

PT

→ *Unida na diversidade* →

PT¶

¶

(*) → Variável, consoante a DG-CE «00_02» Regras respeitantes à apresentação dos rodapés das páginas dos documentos parlamentares.¶

¶

pt11_03(Comunicação-pet.)v07.01.docx → 1 → COMPILAÇÃO DE MODELOS¶

10.9.2019¶

[A petição incide.....]

Em..., a Comissão respondeu a um pedido de informação emanado do Provedor de Justiça. Este documento figura em anexo.

.....]

4. → [Resposta/Comunicação] complementar da Comissão, recebida em [21 de outubro de 2019]

.....

PE000.000v00-00 → 2/2 → [«Footer» interno]

PT

pt11_03(Comunicação pet.)v07.01.docx → 2 → COMPILAÇÃO DE MODELOS
10.9.2019

Anexo VI – Modelo do Projetos de Parecer

04→ → Pareceres e posições sob a forma de alterações¶	□
04 07.→ Caso especial: parecer sobre um relatório de iniciativa legislativa (art. 47.º)□	
¶	
→ →Regras□	□
¶	
Folha de rosto¶	
¶	
A seguir a «Relator(a) de parecer» e após um espaço de duas entrelinhas, há que aditar:¶	
¶	
«(Iniciativa—artigo 47.º do Regimento)».¶	
¶	
¶	
Sugestões¶	
¶	
Sob o título «Sugestões», cumpre transcrever o início da frase introdutória:¶	
¶	
«A Comissão... insta a Comissão... (e a Comissão...), competente(s) quanto à matéria de fundo:».¶	
¶	
Esta frase terá de ser completada, deixando o espaço de uma entrelinha, com o seguinte travessão, utilizado para incorporar sugestões na proposta de resolução:¶	
¶	
«→ a [incorporar/incorporarem] as seguintes sugestões na proposta de resolução que [aprovar/aprovarem]:».¶	
¶	
Seguidamente, após uma entrelinha, haverá que aditar o seguinte travessão, que tem por finalidade incorporar recomendações no anexo:¶	
¶	
«→ a [incorporar/incorporarem] as seguintes recomendações em anexo à sua proposta de resolução:».¶	
¶	
¶	
A numeração das partes do dispositivo que se pretende integrar será contínua.¶	
¶	

EXEMPLE

<EPHeader>

<Parliament>Parlamento Europeu</Parliament>

<Legislature>2019-2024</Legislature>

</EPHeader>¶



Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais¹

2019/2012(INL)¶

15.7.2019

PROJETO-DE-PARECER

da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

dirigido à Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros

que contém recomendações à Comissão sobre a aplicação do princípio da igualdade de remuneração de homens e mulheres

(2019/2012(INL))

Relator(a) de parecer: Donata Gottardi¶

→ (Iniciativa – artigo 47.º do Regimento)¶

PA\00000000PT.docx

PE000.000v00-007

PT

→

Unida na diversidade

→

PT9

.....Quebra de página¶

pt04_07(Parecer-iniciativa-legislativa-art.-46)v06.01.docx¶
26.9.2019 → 2 →

→

2

→

COMPILAÇÃO DE MODELOS¶

EXEMPLO

SUGESTÕES

- » A Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais insta a Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, competente quanto à matéria de fundo:

- » — a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. → ...

2. → ...

3. → ...

4. → ...;

- » — a incorporar as seguintes recomendações em anexo à sua proposta de resolução:

5. → ...

6. → ...

7. → ...

8. → ...

PA/AD/000000PT.docx

→

2/2

→

PE000.000v00-00

PT

Anexo VII – Modelos das Ordens do Dia das Comissões Parlamentares (Encurtado)

Regras gerais¶

¶

O original da ordem do dia é criado em inglês ou em francês através de uma aplicação informática específica que opera com base em expressões recorrentes previamente traduzidas nas restantes línguas.¶

¶

O cabeçalho das ordens do dia é o que figura nos documentos do Parlamento examinados em comissão.¶

¶

Sendo assim, o nome da comissão surge sob o logotipo habitual, ao centro e em itálico. O nome de uma eventual subcomissão figurará após a denominação da comissão principal.¶

¶

Surge, seguidamente, no canto superior, à direita, a referência do documento (exemplo: "AFET(2019)0000_1"). Os "0000" devem corresponder, respetivamente, ao mês (exemplo: 01=janeiro) e ao dia da reunião (exemplo: 02=segundo dia do mês).¶

¶

A linha do título do documento, "Projeto de ordem do dia", é grafada em caracteres Arial, corpo 24.¶

¶

As denominações dos dias da semana surgem unicamente na parte superior da primeira página, na(s) data(s) da reunião, não figurando no corpo da ordem do dia.¶

¶

Não use sublinhados nas ordens do dia.¶

¶

Os apelidos e nomes próprios dos deputados são os que constam da "Lista dos Deputados" (ou Shift-F11). São os próprios deputados que registam os respetivos apelidos e nomes próprios tal como desejam que estes figurem nos documentos do Parlamento. Os nomes não são antecidos das menções "Sr.", "Sr.", "Deputado(s)/Deputada(s)". Exemplos: Gabriele Albertini, Etelka Barsi Pataky, Mogens N. J. Camre.¶

¶

Não se traduzem as siglas dos grupos políticos, as quais figuram sempre em francês.¶

¶

Um asterisco após a sigla de uma comissão significa o recurso ao processo de comissões associadas (exemplo: "Parecer: INTA*—David Martin (S&D)"). As letras AL e AB, entre parênteses, a seguir à sigla de uma comissão, reportam-se, respetivamente, a um parecer sobre a base jurídica e a um parecer sobre a compatibilidade financeira (exemplo: "Parecer: JURI (AL)—David Martin (S&D)").¶

¶

Se na reunião participar um interveniente do exterior, há que indicar os respetivos nomes próprios e apelidos, e, seguidamente, referir entre parênteses a função que exerce (exemplo: "Michel Vieillefosse (Diretor do Secretariado Eureka)").¶

¶

Nas ordens do dia, os números PE não são indicados com um espaço intercalar após "PE" (exemplo: "PE356.234v01-00"). Neste caso, os números PE são transcritos da base ITER, na qual não se encontra previsto um espaço intercalar.¶

¶

Os números PE são precedidos de uma indicação do tipo de documento (exemplo: PV—PE000.000v00-00). Estas siglas são suscetíveis de ser modificadas posteriormente. Queb

PROJETO DE ORDEM DO DIA

[Reunião

/

Reunião conjunta

/

Reunião conjunta extraordinária

/

Processo de comissões conjuntas (artigo 58.º)

/

Reunião extraordinária

/

Reunião de coordenadores

/

Audição

/

Audição conjunta

/

Reunião constitutiva]

[

[Terça-feira, 5 de novembro de 2019, das 15.00 às 18.00

(Terça-feira, 5 de novembro de 2019, das 18.00 às 18.30 (reunião de coordenadores) (à porta fechada))

Quarta-feira, 6 de novembro de 2019, das 9.00 às 12.30 e das 15.00 às 18.30 (aproximadamente)

Quinta-feira, 7 de novembro de 2019, das 9.00 às 12.30 (fora do PE)

[

Bruxelas/Estrasburgo/...

[

Sala: Paul-Henri Spaak (3C50) / Queira consultar os ecrãs / ...]

100

100

→

→

PT¶

→

4

68

5 de novembro de 2019, das 15.00 às 18.00¶

¶

1. → Aprovação da ordem do dia¶

¶

2. → Aprovação das atas das reuniões de:¶

¶

→ • → 2-3 de setembro de 2019 → PV—PE000.000v00-00¶

→ • → 7-8 de outubro de 2019 → PV—PE000.000v00-00¶

¶

3. → Comunicações da presidência¶

¶

Comunicação de novas posições do Conselho¶

¶

4. → Nível sonoro dos veículos a motor¶

→ ENVI/9/14567¶

***II → 2019/0409(COD) → 17695/1/2019—C9-0060/2019¶

→ → T8-0041/2018¶

¶

• → Sequência dos trabalhos¶

¶

Eventualmente¶

¶

5. → Troca de pontos de vista (comp...)¶

¶

6. → Declaração [de Ursula Plassnik (Ministra dos Negócios Estrangeiros da Áustria)]¶

¶

A porta fechada¶

¶

7. → Verificação de poderes e duração do mandato parlamentar (artigos 3.º e 4.º)¶

¶

8. → Litígios em que o Parlamento se encontra envolvido¶

• ¶

Estando presente(s) (o Conselho e) a Comissão¶

¶

9. → Transferências de resíduos¶

→ ENVI/9/13327¶

→ ***I → 2019/0239(COD) → COM(2019)0516—C9-0017/2019¶

¶

Relatora:⊞

⊞ Angelika Beer (Verts/ALE)⊞ DT—PE000.000v00-00⊞

PR—PE000.000v00-00

Pareceres:⊞

⊞ ENVI—¶ Pierre Schapira (S&D)⊞ PA—PE000.000v00-00⊞

INTA*—David Martin (S&D)⊞ AD—PE000.000v00-00

⊞ ⊞ ⊞ ⊞

Posições sob a forma de alterações:⊞

⊞ FEMM—¶ Pierre Schapira (S&D)⊞ PA—PE000.000v00-00⊞

AGRI—David Martin (S&D)⊞ AD—PE000.000v00-00⊞

¶

PE000.000v00-00 → 2/6 → ["Footer" interno]¶

PT¶

pt14_01(Ordens do dia-comissões)v29.01.docx¶

8.5.2019 → 5 → COMPILAÇÃO DE MODELOS¶

Anexo VIII – Modelo de Atas das Comissões Parlamentares (Sem os resultados das votações nominais e lista de presenças)

14 → → Ordens do dia, relatos e atas
14_03 → Ata – Resultados das votações nominais nas atas das comissões
→ → → – Exemplo geral

EXEMPLO

<EPHeader>


<Parliament> Parlamento Europeu </Parliament>

2019-2024 </Legislature>

</EPHeader>

Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

<EPLogo>



AGRI_PV(2020)1234

ATA
Reunião de 24 de fevereiro de 2020, das 9.00 às 12.30
BRUXELAS

A reunião tem início às 9.00 de segunda-feira, 24 de fevereiro de 2020, sob a presidência de Norbert Lins (presidente).

1. → Aprovação da ordem do dia

...

PT → Unida na diversidade → PT


[«Footer» interno]

→ PE000.000v00-00

Anexo IX – Modelo das Sínteses de Petições

11 →	Petições
11 01 →	Sínteses, informações e recomendações

Parlamento Europeu
2019-2024



Comissão das Petições

SÍNTESES, INFORMAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Petições n.ºs [0309/2019 a 0353/2019]
Admissibilidade e seguimento a dar

As recomendações do(da) presidente respeitantes à admissibilidade e seguimento a dar às petições que não tenham suscitado observações até [26 de agosto de 2019] serão consideradas aprovadas.

* → *

[0309/2019]

→ Petição n.º [0309/2019], apresentada por [Marisol Valverde de Carlos], de nacionalidade [espanhola], (em nome [da «Plataforma Unitária de Habitantes de Areta»]) (e subscrita por [250] signatários,) sobre [a localização de uma estação de depuração de águas residuais]

[A peticionária explica que.....]

[«Footer» interno]⁽¹⁾ → PE000.000v00-00

PT → Unida na diversidade → PT

⁽¹⁾ Variável, consoante a DG. Cf. «00_02» Regras respeitantes à apresentação dos rodapés das páginas dos documentos parlamentares.

Informação/Informações¶

- ¶
- (→ A petição foi retirada.)¶
- (→ A petição [foi transmitida por/conta com o apoio] de [Manuel Medina Ortega] (deputado europeu).)¶
- (→ [O(A) peticionário(a) apresentou anteriormente a petição/as petições n.º[0333/2019 e 0036/2019], sobre .../O(A) peticionário(a) apresenta regularmente petições sobre ...].)¶
- (→ A petição/As petições n.º[0015/2019] incidia(m) num assunto similar e foi(foram) [tratada(s) como seguidamente se indica/declarada admissível/declaradas admissíveis na reunião de ...]/, tendo o respetivo exame sido dado por concluído na reunião de ..., com base na resposta que a Comissão apresentou por escrito.))¶
- (→ A petição/As petições n.º[0096/2019 e 0111/2019], [cujo conteúdo comporta analogias com a presente petição/de conteúdo similar/de conteúdo idêntico], foi declarada admissível/foram declaradas admissíveis na reunião de ..., tendo sido solicitadas informações à Comissão/tendo sido decidido ...].)¶
- (→ A petição foi apresentada através da Internet.)¶
- (→ O(A) peticionário(a) não autoriza que a sua petição seja tratada em público.)¶

Recomendação/Recomendações¶

- ¶
- [Declarar admissível/declarar não admissível: o assunto não se enquadra no âmbito de atividades da União Europeia];¶
- (→ Requerer informações à Comissão);¶
- (→ Transmitir (, para conhecimento,) à Comissão [dos Assuntos Constitucionais];)¶
- (→ Transmitir à Comissão [dos Assuntos Constitucionais], para seguimento);¶
- (→ Transmitir à [Comissão das Petições do *Bundestag*]);¶
- (→ Enviar ao(à) peticionário(a) o relatório [Garot], elaborado em nome da Comissão [da Agricultura e do Desenvolvimento Rural], sobre ... (A[9-0035/2019]), bem como a resolução aprovada em ...);¶
- (→ Recomendar ao(à) peticionário(a) que se dirija [ao Provedor de Justiça]);)¶
- (→ Examinar juntamente com a petição n.º[0015/2019];)¶
- (→ Apreciação: não pública);¶
- (→ Dar por concluído o exame da petição.)¶

¶
¶

Or. [es](⁽¹⁾)¶

¶
¶
¶
¶
PE000.000v00-00

→

2/x

→

[«Footer» interno]¶

PT¶

(⁽¹⁾) → Convém inserir o código da língua original da síntese, e não o código da língua original da petição.